



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA
ESCOLA CÍVICO-MILITAR CEF 507 DE SAMAMBAIA



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO ECIM CEF 507

Samambaia – DF
2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR	7
1.1 Descrição histórica	7
1.1.1 Histórico de Gestores	8
1.1.2 Organização durante o período da pandemia	8
1.2 Caracterização física	8
1.3 Espaços pedagógicos	10
1.4 Área de acolhida	11
1.5 Área interna	11
1.6 Áreas Externas	13
1.7 Organograma	14
1.7.1 Discentes ECIM	15
1.7.2 Gestão educacional	16
1.7.3 Gestão Escolar	17
1.7.4 Monitores	17
2 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA ESCOLA	19
2.1 Características sociais, econômicas e culturais da comunidade	19
2.1.1 Quadro de servidores	21
2.2 Apresentação e análise de resultados de indicadores, índices e dados	22
3 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	28
4 MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR	31
5 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	32
5.1 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS	34
5.1.2 Objetivo geral	34
5.1.2 Objetivos específicos	35
5.1.3 Ações	35
6 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	35
7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA	38
7.1 Eixos integradores dos anos finais	38
7.2 Educação para a diversidade	39
7.3 Cidadania e educação em e para os direitos humanos	39
7.4 Educação para a sustentabilidade	39
7.5 Desenvolvimento de programas e projetos específicos	39
7.5.1 Programa Nacional das Escolas Cívico-militares	39
7.5.2 Convivência Escolar e Cultura de Paz na Escola	40

	3
7.5.3 Programa SuperAção	41
7.6 Componentes Curriculares	42
8 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	44
8.1 Ciclos e semestralidade	44
8.2 Organização dos tempos e espaços	45
8.3 Relação escola/comunidade – Reunião de pais	45
8.4 Atuação de equipes especializadas e outros profissionais	45
8.5 Coordenação pedagógica e papel do coordenador na unidade escolar	45
8.6 Valorização e formação continuada dos profissionais da educação	46
9 AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS	46
9.1 Avaliação para as aprendizagens	46
9.2 Avaliação em larga escala	47
9.3 Avaliações internas bimestrais	48
9.4 Conselho de classe	48
10 PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	48
10.1 Gestão pedagógica	48
10.2 Gestão de resultados educacionais	49
10.3 Gestão participativa	49
10.4 Gestão de pessoas	49
10.5 Gestão financeira	49
10.6 Gestão administrativa	50
10.7 Gestão Compartilhada	50
11 PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS	50
11.1 Coordenação Pedagógica	50
11.2 Orientação Educacional	51
12 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADOS	54
12.1 Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos	54
12.2 Conselho Escolar	61
12.3 Professores Readaptados	62
12.4 Secretaria Escolar	62
12.5 Programa Brasil na Escola	62
12.6 Programa Nacional das Escolas Cívico-militares	64
13 PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR	65
13.1 Projeto de Transição	65
13.2 Projeto Clube da Leitura	65
13.3 Projeto Interventivo	66
13.4 Projeto Festa Julina	66

	4
13.5 Projeto Feira de Ciências e Cultura	67
13.6 Projeto Consciência Negra	67
13.7 Projeto Jogos Interclasses	67
13.8 Projeto Valores	68
13.9 Projeto Ordem Unida	68
13.10 Projeto Hinos e Canções	68
13.11 Projeto Escolha do Mascote	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	71

APRESENTAÇÃO

“A legitimidade de um projeto político-pedagógico está devidamente ligada ao grau e ao tipo de participação de todos os envolvidos com o processo educativo da escola, o que requer continuidade de ações”.
(VEIGA, 2004, p. 14)

A edificação do Projeto Político Pedagógico da Escola Cívico-militar Centro de Ensino Fundamental - ECIM CEF 507 de Samambaia foi amplamente debatida e formada pela comunidade escolar que almeja uma escola cuja meta principal seja a de educar cidadãos e a de ser um espaço voltado para o desenvolvimento humano em sua totalidade. Ao longo desse processo, várias foram as ações adotadas para esse fim, tais como debates, interações e diálogos com vários membros da comunidade escolar, desde aqueles que trabalham na escola até os alunos e seus responsáveis.

Ao pensar sobre o Projeto Político Pedagógico da ECIM CEF 507, nós, do corpo escolar, temos como intenção primeira criar um ambiente em que o adolescente seja capaz de estabelecer sua própria noção de cidadania, tornar-se agente de sua própria existência, ampliar as suas habilidades, mudar as suas atitudes e atribuir significado às coisas e aos diversos eventos, além de permitir que constitua sua autonomia de ser e torne-se capaz de conviver e compreender-se como parte do meio social e não subordinado a ele.

O corpo docente chegou à conclusão de que, para termos uma escola eficiente, precisamos primeiramente afinar nossos discursos dentro da sala de aula. Se todos nos preocuparmos em tratar as questões éticas e morais com a seriedade devida e estimular o senso crítico e cidadão dos alunos, damos um primeiro passo em direção a uma mudança de atitude e postura por parte dos estudantes. Ainda na tentativa de possibilitar uma experiência escolar positiva, voltamo-nos para perceber, observar e estimular as habilidades particulares de cada indivíduo e explorá-las em projetos desenvolvidos na escola ao longo do ano letivo.

Nessa perspectiva, este PPP vem sendo elaborado coletivamente (partimos do princípio de que é um instrumento vivo e deve ser revisitado/reformulado conforme anecessidades da escola) e conta com a ajuda de todo o corpo docente e discente, da equipe gestora, dos servidores e pais de alunos. No intuito de amparar essa formulação, discutimos os dados fornecidos pela Secretaria da escola, além de textos que julgamos fundamentais para a sua composição, tais como a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394 (Brasil, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1997), o Currículo em Movimento (2013), o PPP Carlos Mota (2011), a OP do PPP, as Diretrizes de Avaliação educacional (2014), a Lei da Gestão Democrática (2012) e o Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (2019). Ao fim desses debates, nós nos concentramos nos métodos e nas

necessidades dos vários sujeitos da comunidade escolar que direcionam suas ações intencionais e explícitas a partir dos compromissos firmados coletivamente.

Este Projeto Político Pedagógico, conforme destacado anteriormente, estará em constante processo de construção, de acordo com as necessidades que surgirem. Será também constantemente reavaliado como ferramenta teórica e metodológica apta a assinalar o caminho que este estabelecimento deve percorrer para cumprir satisfatoriamente sua função educativa e ser capaz de promover uma educação igualitária para todos, sem distinção de qualquer diferença que o educando apresente.

Nesta seção, a fim de facilitar consultas, destacamos os dados de identificação da unidade escolar.

Coordenação Regional de Ensino: Samambaia

Unidade Escolar: ECIM CEF 507 de Samambaia

Endereço: QN 507 conjunto 7 lote 1 Samambaia Sul

Número do INEP: 53009010

CEP: 72313-107

Telefone: 61 3901-7739

E-mails: coordenacao507@gmail.com; cef507.samambaia@edu.se.df.gov.br

1 HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

1.1 Descrição histórica

O Centro de Ensino 507 nasceu de uma reivindicação da comunidade local recém-chegada, constituída por famílias egressas de invasões e cortiços, sob o sistema de concessão de uso e lotes ainda cobertos pelo cerrado em áreas semi urbanizadas, entre 1991 e 1992.

O Centro de Ensino 507 foi inaugurado em 6 de dezembro de 1993, com a oferta de turmas de 5ª a 8ª séries. Em 1994, passou a funcionar também no período noturno para alunos da Educação de Jovens e Adultos e do Ensino Médio. Este último devia-se ao fato de que só existia um centro de ensino médio na cidade e a instituição de ensino cedia salas para atender à demanda.

Logo nos primeiros anos de funcionamento, verificou-se a necessidade de trabalhar os problemas vivenciados na comunidade escolar por meio de projetos. Entre as adversidades, a mais contundente era a violência, que gerava vários transtornos para a integridade física dos alunos e para o bom andamento das atividades escolares.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Comissão de Segurança Escolar do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em 2001, a cidade-satélite de Samambaia apareceu em primeiro lugar no *ranking* das escolas mais violentas do Distrito Federal. Mais de 50% dos colégios tiveram ocorrência de brigas com lesões corporais. A cidade era a maior em ocorrência de número de ilícitos no interior de escolas, primeira também em números de roubos e segunda em crimes por porte de armas dentro das escolas em relação a outras unidades escolares do DF. Por sua vez, a Gerência de Estatísticas do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública divulgou os resultados dos crimes cometidos em 2006 e a Samambaia ficou em 3º lugar no número de homicídios e latrocínios.

Assim, em resposta, a escola passou a desenvolver projetos com o intuito de inibir a ocorrência de agressões e despertar para a responsabilidade de mudar tal situação por intermédio da educação, ou seja, mostrar aos adolescentes um caminho diferente a trilhar, longe das drogas, da violência e dos demais problemas sociais que cercam a comunidade escolar. Nesse sentido, em 2021, em virtude da vulnerabilidade social e dos consequentes problemas que afetam a escola, sobretudo a indisciplina e a violência, a comunidade escolar, em assembleia, aderiu ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), fruto de uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa. No referendo, conforme ata em anexo, 91,11% do segmento magistério/assistência e 97,84% do segmento pais e/ou responsáveis votaram favoravelmente à implantação da gestão compartilhada.

Desse modo, a instituição de ensino quer se destacar por uma ação educativa diligente e atual, coerente com práticas pedagógicas mais eficazes, objetivando não apenas

a entrada e a permanência de seu educando na escola, mas o respeito à dignidade e aos direitos da criança e do adolescente, considerando as suas diferenças particulares, sociais, econômicas, culturais, étnicas e religiosas.

1.1.1 Histórico dos gestores

Diretor(a)	Vice-diretor(a)	Período
Maria José Verneque Bezerra		03/1993 a 12/1993
Idenísio Alves Maciel	Geralda Aparecida dos Santos	01/1994 a 12/1994
Paulo Biagi da Silva	Castorino Alves Cornélio	01/1995 a 12/1995
Castorino Alves Cornélio	Simone Maria Araújo Leite	01/1996 a 12/1996
Castorino Alves Cornélio	Maria Aparecida Botelho da Silva	01/1997 a 12/2001
José Edilberto da L. Zacarias		01/2002 a 12/2005
Renata de Ávila Silva	Élisson Pereira dos Santos	01/2006 a 07/2008
Élisson Pereira dos Santos	Astrid Vieira Delmondez	08/2008 a 12/2012
Élisson Pereira dos Santos	Alex Cruz Brasil	01/2012 a 12/2021
Élisson Pereira dos Santos	Daniel Lourenço Muniz	01/2021 até dos dias atuais

1.1.2 Organização durante o período da pandemia

Durante os anos de 2020 - 2021, devido à pandemia do SARS-COV 19, foi decretada pelo governador do Distrito Federal a suspensão das aulas presenciais para todos os alunos da rede pública de educação. Logo, foi iniciado um processo de adaptação das demandas, por meio da atuação em teletrabalho por parte dos professores, disponibilizando conteúdos, atividades e desenvolvendo suas demandas educacionais por meio de ferramentas de ensino-aprendizagem remotas, como a plataforma Google Class Room, ou a impressão e disponibilização de atividades impressas. No mês de agosto de 2021, foi determinado o retorno das atividades presenciais na escola, utilizando o sistema de participação híbrida por parte dos alunos.

1.2 Caracterização física

A Escola Cívico-Militar Centro de Ensino Fundamental 507, ECIM CEF 507, possui dezoito salas de aula equipadas com mesas, carteiras, mesa do professor, quadro branco para pincel e dois ventiladores, uma sala que funciona como sala multimídias, sala de

laboratório de ciências, sala de leitura/mecanografia, sala para estocar material de limpeza, uma sala de coordenação, uma sala de apoio ao PECIM, quatro banheiros para funcionários, uma sala para professores, direção, secretaria, cantina, dois banheiros de alunos (um para meninos e outro para meninas), uma quadra cimentada e coberta equipada com traves de futebol e tabelas de basquete, uma caixa de areia lavada e um campo de terra vermelha descoberto e com traves de futebol.

Conta-se, ainda, com um estacionamento pavimentado, um pequeno pátio coberto próximo à cantina e áreas de convivência espalhadas pela escola com mesas de concreto e mesas de ping-pong (tênis de mesa) também de concreto. As dependências da escola necessitam de reparos frequentes devido à depredação por parte de alguns alunos. A equipe gestora utiliza a verba disponível para fazer os reparos necessários que frequentemente envolvem a troca de peças dos banheiros, como torneiras, espelhos e vasos sanitários, a troca das lousas e pinturas das salas, além da manutenção nas estruturas elétricas e hidráulicas das escolas, serralheria e pintura das áreas externas da escola.

Devido à necessidade de adequações sanitárias decorrentes da pandemia da Covid-19, foram instalados *dispensers* para álcool, pias e torneiras na entrada e no corredor central da escola, para facilitar a assepsia dos alunos no momento da entrada, saída e durante o período de aulas. A fim de incentivar a conscientização e a preservação do patrimônio, a equipe escolar como um todo realiza com os alunos atividades voltadas à importância da estrutura física para o desenvolvimento pedagógico e social, a fim de manter as melhorias feitas na escola.

A nossa escola possui, em parte, mobiliário e recursos adequados ao bom funcionamento de uma escola: dispomos de 2 projetores digitais para que os professores utilizem como recurso didático em suas aulas, equipamento audiovisual (televisão, som e projetor) instalados em uma sala multimídias, uma máquina fotocopadora, um duplicador, uma TV na sala dos professores, 2 bebedouros com água gelada para os alunos, quadros brancos para pincel em todas as salas de aula. Os demais mobiliários são os que comumente encontramos nas escolas, o grande problema é que algumas mesas, armários e cadeiras encontram-se velhos e quebrados. Outra dificuldade é a falta de cartuchos, tinta e master, pois a escola não disponibiliza de recursos para tal e é comum ficar alguns períodos sem reproduzir material para os professores. Constantemente, é preciso tirar dinheiro do próprio bolso para esses fins. A escola possui um sistema de monitoramento por câmeras para auxiliar na proteção do patrimônio e segurança dos servidores e alunos.

A SEEDF não disponibiliza um serviço de internet adequado às demandas da instituição, o que dificulta muito o trabalho, visto que se trata de um importante recurso didático para as escolas do mundo todo, além de ser necessário para o preenchimento dos

Diários de Classe utilizando a plataforma i-Educar. Por isso, constitui uma outra circunstância em que é necessário que os próprios integrantes do corpo escolar contribuam mensalmente com uma quantia a fim de poder dispor desse importante instrumento para a preparação de aulas mais dinâmicas e com qualidade, bem como para o cumprimento das demandas de praxe.

1.3 Espaços pedagógicos

Além das 18 salas de aula, a ECIM CEF 507 conta com uma sala de leitura equipada com mesas para leitura e um acervo que engloba livros didáticos destinados à pesquisa e títulos da literatura nacionais e internacionais, além de quadrinhos para estimular a leitura nos alunos.

A sala multimídia é preparada para a instalação do projetor digital, que precisa ser previamente solicitada pelo professor interessado.

A quadra poliesportiva e espaços destinados à prática de atividades físicas são recursos de extrema importância para uma instituição de ensino, pois, assim como as artes, o esporte é uma ferramenta transformadora e de extremo interesse por parte de nossos alunos. Recentemente, nossa quadra foi coberta com estrutura metálica e cercada com tela para proteção, proporcionando maior conforto e segurança na sua utilização para a prática de atividade física e realização de eventos na escola.





1.4 Área de acolhida

A escola conta com cobertura metálica que vai desde o portão de entrada até a secretaria e portão de acesso aos corredores da escola. A área de acolhida conta hoje com mesas e bancos de concreto, arborização e pintura para transformar o ambiente em uma área realmente acolhedora aos alunos e membros da comunidade que ali estejam.



1.5 Área interna

Os ambientes internos aqui descritos podem ser classificados dentre salas de aula, espaços de apoio pedagógico e direção, área de cantina, banheiros e depósitos.

São 18 salas de aula equipadas com mesas e carteiras, quadros brancos e ventiladores, com portas de ferro trancadas por um cadeado externo e janelas para entrada de luz e ventilação.

Uma sala de direção e apoio onde em uma área ficam guardados alguns recursos disponíveis aos professores, com acesso mais fácil como projetores, tintas, pincéis e pastas com registros de turmas. Em outra área trabalha a equipe de direção.

Uma sala de administração onde ficam guardados os documentos da parte administrativa e onde atua o servidor da área.



1.6 Áreas Externas

Os ambientes externos podem ser classificados entre espaço de acolhimento, corredores, áreas de lazer, quadra poliesportiva e campo de terra. Todos esses espaços foram recentemente revitalizados para receber os alunos no retorno às aulas presenciais.





1.7 Organograma

Considerando a implantação da Gestão Compartilhada, o modelo institucional surgido trabalha com as necessidades de avanço da qualidade e a equidade educacional. Nesse sentido, o PECIM proporciona um conjunto de ações direcionadas ao fomento e ao fortalecimento institucional, a partir de um modelo de gestão de assessoramento nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa.

No fomento, está compreendido o apoio técnico e financeiro destinado às escolas

que realizarem a adesão para a implantação do modelo de gestão do PECIM em sua totalidade. Sua principal meta é estabelecer o modelo MEC de ECIM, de forma a atingir os seus objetivos e iniciativas estratégicas.

Diante do exposto, a ECIM CEF 507 adota um organograma que promova a vinculação institucional no nível de gestão compartilhada, mesmo porque todas as decisões institucionais importantes devem ser emanadas da Direção Escolar:

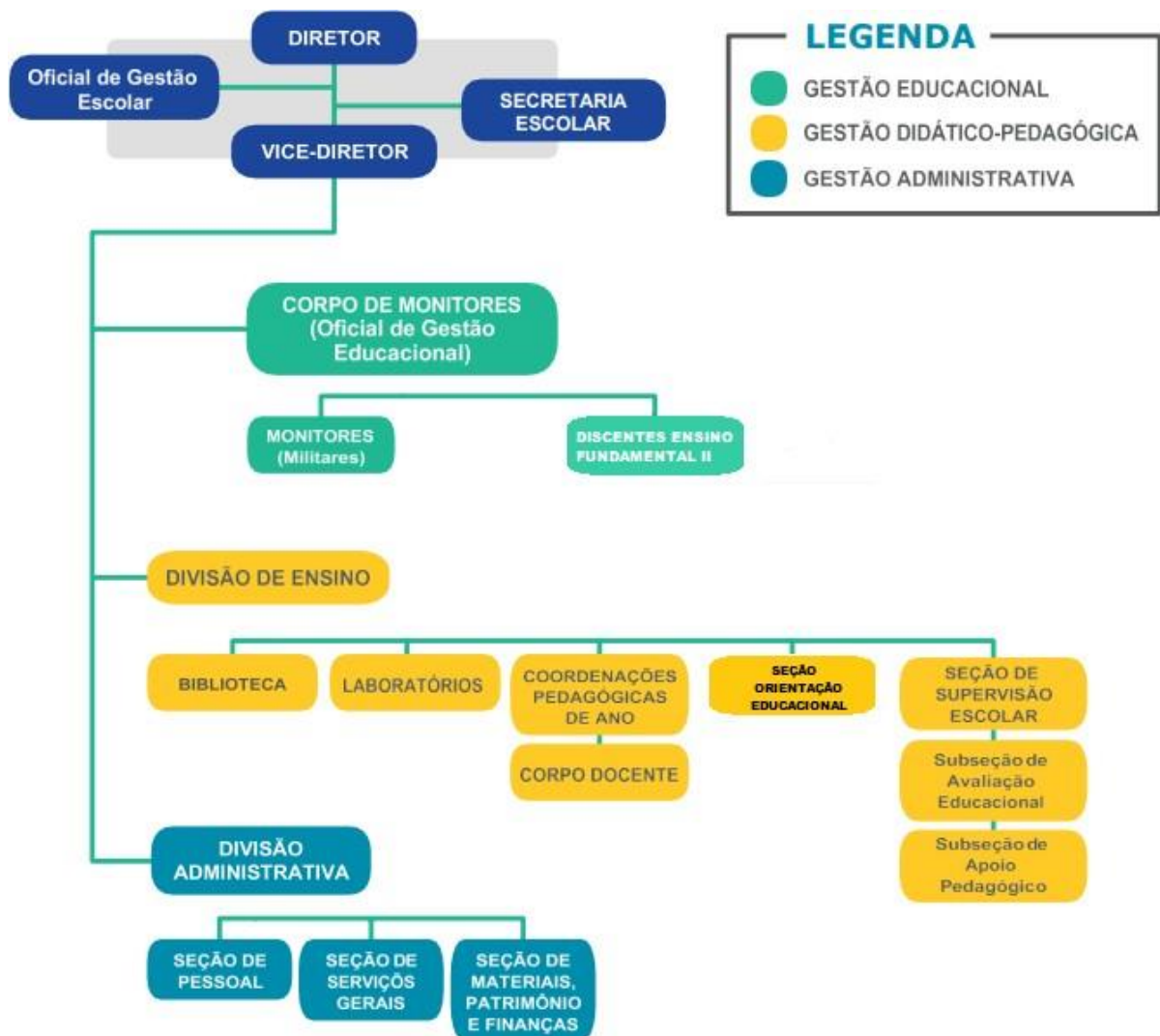


Fig. 1 - Organograma ECIM CEF 507

De fato, o organograma descreve como a instituição se organiza internamente, bem como estabelece os cargos e setores existentes, transformando-se num gráfico hierárquico importante para o desenvolvimento do trabalho educacional na ECIM.

1.7.1 Discentes ECIM

Se, por um lado, exige-se cidadãos cada vez mais preparados para a sociedade e para o mundo do trabalho, por outro, a realidade que se apresenta em muitas escolas públicas do país torna a educação um grande desafio. Essa difícil realidade será ainda mais presente nas ECIM que atuam em instituições em situação de vulnerabilidade social no

baixo IDEB, critérios para a adesão das escolas públicas ao PECIM.

Na concepção de educação das ECIM, o ser humano deve ser formado para ser ativo, solidário, crítico, autônomo e construtor de sua cultura, de sua história e da sociedade em que vive.

Para ele, é imprescindível o acesso a uma escola que, além de conhecimentos e habilidades, desenvolva valores e atitudes próprias ao cidadão, formando alunos responsáveis, criativos, atuantes e transformadores, que conheçam e lutem por seus direitos, mas que sejam determinados a cumprir os seus deveres.

1.7.2 Gestão educacional

A Gestão Educacional propõe uma gestão de excelência na área educacional, alcançada, por meio de ações destinadas ao desenvolvimento de comportamentos, valores e atitudes, com vistas ao desenvolvimento pleno do aluno e ao seu preparo para o exercício da cidadania.

Para este trabalho, todavia, o gestor precisa coordenar os trabalhos de desenvolvimento dos comportamentos, valores e atitudes, o Oficial de Gestão Educacional com foco expresso na promoção de atividades e no desenvolvimento dos valores humanos para contribuir com a organização da rotina da escola. Todos os avanços pretendidos possuem uma interface com o diálogo aberto, estabelecimento de hábitos saudáveis de relacionamento e destaca-se que o trabalho da gestão educacional deve ser permeado por uma parceria com o corpo docente, na medida em que o fundamento da existência da escola é a centralidade do processo pedagógico. Além disso, a promoção de um clima de camaradagem entre os alunos, respeito pelo patrimônio da unidade escolar e pelo seu entorno é, sem dúvida, uma meta a ser alcançada.

Para execução das ações propostas, os militares da Gestão Educacional são vinculados administrativamente ao Ministério da Defesa ou aos Comandos da Aeronáutica, Exército e Marinha. Para coordenar as ações, é designado um Oficial de Gestão Educacional que é o Coordenador dos monitores, e tem as seguintes atribuições:

I – assistir o Oficial de Gestão Escolar no planejamento, na execução, no controle e na avaliação das atividades educacionais, no âmbito do Corpo de Monitores, em coordenação com a Gestão Pedagógica;

II – zelar pela disciplina escolar, de acordo com as Orientações de Conduta e Atitudes dos Alunos das ECIM;

III – orientar, permanentemente, as ações dos monitores, no que diz respeito ao trato e ao relacionamento com o Corpo Discente, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente e as demais legislações que garantem a proteção integral dos menores;

IV – acompanhar e avaliar o desempenho dos monitores, antecipando-se a

eventuais distorções na aplicação das orientações do Oficial de Gestão Escolar ou desrespeito às legislações e às normas;

V– participar da elaboração dos Projetos Valores e Momento Cívico, em colaboração com a Supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica), a Orientação Educacional, os docentes e os agentes de ensino;

VI – exigir o correto uso de uniformes e a boa apresentação pessoal dos monitores;

VII – providenciar materiais e equipamentos necessários ao trabalho dos monitores;

VIII – controlar e zelar pela manutenção e pela conservação dos bens que estiverem sob a responsabilidade da Equipe de Monitoria;

IX – responsabilizar-se por todos os documentos provenientes da rotina administrativa da Equipe de Monitoria;

X – manter o Oficial de Gestão Escolar informado sobre as atividades da gestão educacional, em particular, sobre a situação organizacional no que tange a rotina dos alunos;

XI – participar dos Conselhos de Classe.

1.7.3 Gestão Escolar

O oficial de Gestão Escolar é o assessor do Diretor nos assuntos referentes às áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa e tem as seguintes atribuições:

I – assessorar o Diretor na implantação do modelo das Ecim;

II – participar da formação continuada dos profissionais da escola para a implantação do modelo das Ecim;

III – atuar na supervisão às atividades da Gestão Educacional;

IV – assessorar o Diretor na Gestão Administrativa da escola;

V – assessorar o Diretor na Gestão Didático-Pedagógica, nos assuntos referentes às especificidades do modelo das Ecim;

VI – acompanhar o Diretor nas formaturas gerais e nas solenidades cívicas da escola; e

VII – manter contato com o Ministério da Defesa sobre assuntos relacionados aos militares.

1.7.4 Monitores

Os monitores são encaminhados pelas Forças e possuem as seguintes atribuições:

I – estimular o sentimento de amizade e solidariedade entre os alunos;

II – atuar na área educacional, particularmente no desenvolvimento de atitudes e valores, em consonância com as demais áreas da escola;

III – atender aos responsáveis dos alunos sempre que solicitados, tratando-os com respeito e civilidade;

IV – acompanhar a frequência dos alunos na escola;

V – contribuir para a formação ética, afetiva, social e simbólica dos alunos, promovendo conversas, relatos de experiências e retirada de dúvidas sobre diferentes assuntos;

VI – procurar resolver os conflitos entre as pessoas no ambiente escolar com base no diálogo e na negociação;

VII – lançar as ocorrências dos alunos no sistema de gestão escolar;

VIII – participar da elaboração e da execução dos Projetos Valores e Momento Cívico da escola;

IX – contribuir com a Direção Escolar, quando solicitado, para apuração de faltas comportamentais e atitudinais.

X – orientar, acompanhar e motivar os alunos a se dedicarem às atividades escolares;

XI – desenvolver nos alunos o espírito de civismo, contribuindo para que os discentes entendam a importância da realização e participação dos cultos aos Símbolos Nacionais.

XII – acompanhar os alunos por ocasião de representações externas, como jogos, passeios, visitas culturais etc., zelando pela segurança e pelo comportamento adequado;

XIII – manter o Oficial de Gestão Educacional informado quanto às principais ocorrências das suas turmas de alunos;

XIV – compartilhar com os demais monitores as experiências vivenciadas com as suas turmas para o aprimoramento da gestão educacional;

XV – manter-se bem uniformizados e com boa apresentação pessoal;

XVI – acompanhar a entrada e a saída dos alunos na escola;

XVII – participar das capacitações propostas pela escola e empenhar-se no seu preparo profissional;

XVIII – conduzir as formaturas diárias dentro das suas turmas e auxiliar na preparação e execução das formaturas gerais;

XIX – ensinar a correta utilização dos uniformes aos alunos de acordo com as orientações previstas;

XX – entoar o Hino Nacional, o Hino do Estado, o Hino do Município e o Hino à Bandeira aos alunos. Outras canções podem ser ensinadas e cantadas na escola, depois de autorizadas pelo Diretor Escolar;

XXI – orientar e acompanhar as atividades dos líderes de classe;

XXII – elogiar os alunos por atitudes positivas, preocupando-se em não

desmerecer os demais;

XXIII – conferir a presença dos alunos após receber a apresentação das turmas pelos líderes de classe;

XXIV – acompanhar as turmas durante os deslocamentos para as salas de aula e outras atividades escolares;

XXV – garantir que todos os alunos tomem conhecimento de orientações, informações e avisos;

XXVI – coordenar e acompanhar as refeições dos alunos;

XXVII – sempre que for necessário conversar com um aluno reservadamente, fazê-lo acompanhado de outro monitor; e

XXVIII – manter uma relação de camaradagem com os alunos, de forma respeitosa e condizente com a função.

2 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA ESCOLA

2.1 Características sociais, econômicas e culturais da comunidade

A ECIM CEF 507 de Samambaia é uma escola que atende a, aproximadamente, 860 estudantes, entre 10 e 16 anos de idade, divididos em dois turnos. Muitos discentes moram nas proximidades da escola, mas são atendidos também aqueles que vêm de outras regiões da Samambaia e até de outras Regiões Administrativas.

Sabe-se que os arredores do ECIM CEF 507 sofrem por conta de um alto índice de ocorrência de atos violentos e crimes de toda natureza, desde assaltos a homicídios, e uma das maiores preocupações do corpo acadêmico é justamente em virtude dessa realidade, porque atos de violência ocorrem também dentro da escola: agressões e furtos são comuns nas áreas externas e nas salas de aula. Entre os problemas que a unidade de ensino sofre (evasão, repetência, desmotivação, etc.), o mais grave é o da violência: violência na escola e à escola (ABRAMOVAY, 2003).

Comumente, nossos alunos se envolvem em situações de transgressão, tais como lesões corporais e furtos. A depredação ao patrimônio público também é uma constante que impede o investimento em novos projetos. A partir dessa situação, os projetos e o fazer pedagógico voltaram-se para ações que interfiram na problemática em questão. Desse modo, vale ressaltar que a escola precisa lidar com situações decorrentes da situação delicada da comunidade, circunstâncias essas que envolvem problemas além dos pedagógicos e de aprendizado, adentrando as esferas social e familiar dos estudantes. Logo, a atuação do Serviço de Orientação Educacional e da Sala de Recursos é fundamental para o atendimento adequado dos alunos em situações que necessitam de atendimento especializado.

Nos últimos anos, o corpo docente, a equipe da direção e a equipe da carreira assistência têm observado um ligeiro decréscimo nos índices de depredação e no número de brigas entre alunos. Apesar dos avanços, sabe-se que há muito o que fazer ainda para que os índices alcancem patamares aceitáveis. Durante a execução do Projeto Cultura de Paz na Escola – Combate à Violência contra a Mulher, no primeiro bimestre de 2023, os estudantes responderam a um questionário que nos permitiu conhecer suas opiniões acerca da escola e de suas expectativas em relação à educação. Além disso, foi possível aferir também a média de alunos repetentes e em idade não compatível com o ano que estão cursando.

Muitas famílias dos alunos da escola são de baixa renda ou até sem renda, várias são beneficiárias de programas sociais. Alguns alunos não conseguem custear a camiseta do uniforme, outros não conseguem chegar à escola no horário adequado em consequência do transporte público oferecido, há os que trabalham e se atrasam devido ao expediente.

Ressalta-se que parte significativa das famílias tem baixa renda e os pais, geralmente, trabalham de maneira informal, ou seja, a situação socioeconômica dificulta a interação entre a escola e a comunidade, pois, por serem autônomos, os horários muitas vezes são incompatíveis com o período em que o filho frequenta a escola – visto que a maioria dos alunos realiza o percurso casa-colégio sozinhos. Assim, muitos responsáveis trabalham durante o dia inteiro e não conseguem acompanhar a vida escolar dos filhos e esse é um dos fatores que contribuem para o rendimento insatisfatório dos alunos. A reclamação do corpo docente, nesse sentido, é sempre a mesma: os alunos não fazem as atividades solicitadas, como tarefas de casa e trabalhos, o que reflete diretamente em suas notas e produtividade.

Outro ponto crucial é o da falta de policiais do Batalhão Escolar nas dependências do colégio. Toda a comunidade escolar é unânime em afirmar que a presença destes profissionais é de extrema importância, pois inibe a prática criminosa no perímetro. O fato é que, mesmo após diversos pedidos ao Comando da Polícia Militar, infelizmente não é possível contar com a presença constante deles, dentre outras alegações por falta de efetivo.

Diante dessas circunstâncias, a ECIM CEF 507 tenta incutir a cultura da não violência, de não às drogas, preservação do espaço escolar, desenvolvendo projetos especiais e específicos com o objetivo de ajudar a comunidade a superar os problemas do cotidiano, ou seja, o corpo escolar tem trabalhado com afinco para modificar a visão negativa que pais e alunos (e, algumas vezes, os próprios professores) têm da escola. Nós temos tentado, através dos nossos projetos, principalmente, fazer da ECIM CEF 507 uma escola onde os alunos tenham prazer em estudar, que se sintam orgulhosos de fazer parte dessa comunidade e empenhados em mudar a realidade de violência e pessimismo que os

rodeia. Apesar de alguns obstáculos, entre eles a falta de verbas para melhorias necessárias no espaço escolar, é com criatividade e disposição que trabalhamos em prol do aluno e do alcance das altas expectativas e sonhos que eles têm com o ensino que recebem.

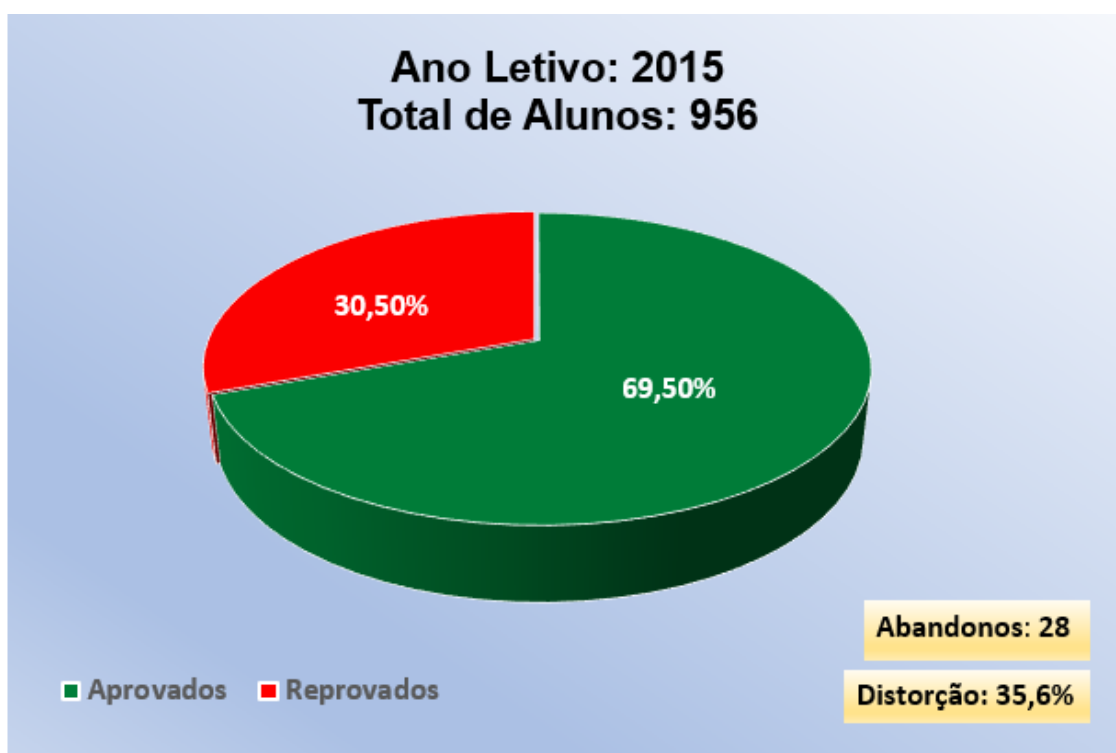
2.1.1 Quadro de servidores

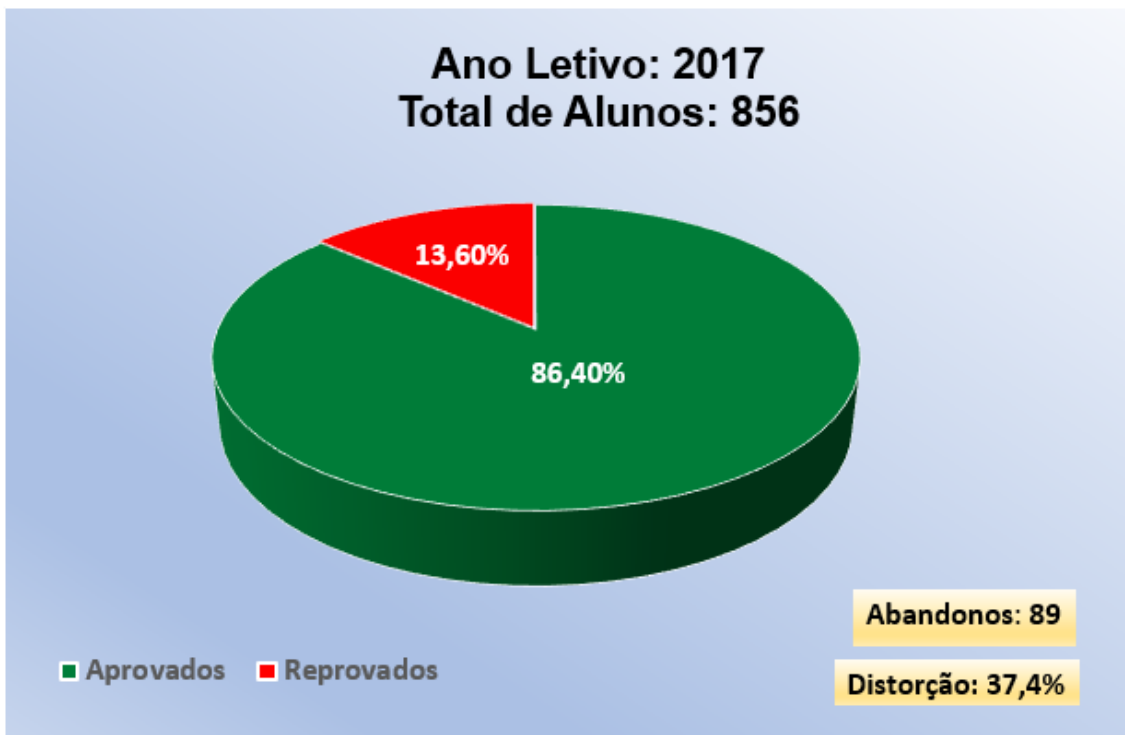
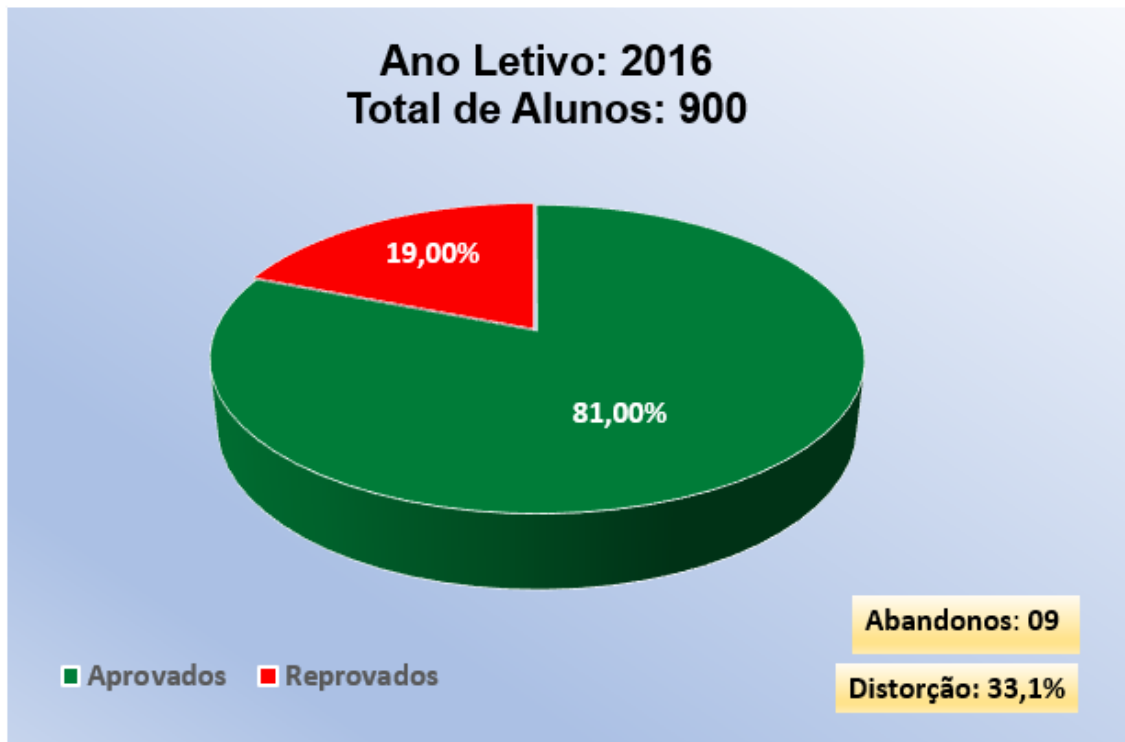
Matrícula	Nome do Servidor	Cargo	Motivo	Função	Unidade
7006.881-X	ADRIANA FREIRE DE MENDONCA	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA		CEF 507 SAMAMBAIA
0024.723-5	AILTOM JOSE ADELAIDE	PROFESSOR DE EDUC.	110 - Lotação Definitiva Samambaia		CEF 507 SAMAMBAIA
7007.139-X	ALESSANDRA BARROSO DE ARAUJO	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA		CEF 507 SAMAMBAIA
7016.089-9	ALEXIA EDUARDA OLIVEIRA DOS	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA		CEF 507 SAMAMBAIA
7008.945-0	AMANDA NUNES LEITE	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA		CEF 507 SAMAMBAIA
0067.315-3	ANA CLAUDIA PEREIRA DE SOUZA	ANA.POL.PUB.G.E. AP	110 - Lotação Definitiva Samambaia		CEF 507 SAMAMBAIA
0226.390-4	ANA MARIA DA SILVA PEIXOTO	PROFESSOR DE EDUC.	012 - PROC. REM. INTERNO		CEF 507 SAMAMBAIA
7008.029-1	ANA PAULA E SILVA	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA		CEF 507 SAMAMBAIA
7015.060-5	ANDREIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA		CEF 507 SAMAMBAIA
0038.969-2	ARIADNE RODRIGUES BORGES	PROFESSOR DE EDUC.	110 - Lotação Definitiva Samambaia		CEF 507 SAMAMBAIA
0205.140-0	ASTRID VIEIRA DELMONDEZ	PROFESSOR DE EDUC.	110 - Lotação Definitiva Samambaia		CEF 507 SAMAMBAIA
7008.037-2	BARBARA SAMPAIO DE ALMEIDA	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA		CEF 507 SAMAMBAIA
0211.318-X	BRUNO RIBEIRO SA COSTA	PROFESSOR DE EDUC.	110 - Lotação Definitiva Samambaia		CEF 507 SAMAMBAIA
7007.209-4	DANIELE DA CONCEICAO SILVA	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA		CEF 507 SAMAMBAIA
0237.323-8	DANIEL LOURENCO MUNIZ	PROFESSOR DE EDUC.	110 - Lotação Definitiva Samambaia	VICE-DIRETOR	CEF 507 SAMAMBAIA
0205.156-7	DAVI OLIVEIRA SILVA	PROFESSOR DE EDUC.	110 - Lotação Definitiva Samambaia		CEF 507 SAMAMBAIA
0214.398-4	DAYANE THAIS CEZAR LIMA	PROFESSOR DE EDUC.	012 - PROC. REM. INTERNO		CEF 507 SAMAMBAIA
7008.900-0	DELMA PEREIRA DA SILVA	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA		CEF 507 SAMAMBAIA
0069.561-0	DNAIDE BRAGA DE QUEIROZ	TEC.POL.PUB.G.E.CONS. E	014 - LOTACAO DEFINITIVA NA CRE		CEF 507 SAMAMBAIA
0242.934-9	DULCE SOARES TEIXEIRA DE SOUSA	PEDAGOGO - ORIENT	210 - Exercício Definitivo Samambaia		CEF 507 SAMAMBAIA
0200.987-0	EDUARDO ANTONIO DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUC.	110 - Lotação Definitiva Samambaia		CEF 507 SAMAMBAIA
7008.927-2	ELIETE CARVALHO FORTUNATO DA	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA		CEF 507 SAMAMBAIA
0206.060-4	ELISSON PEREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUC.	110 - Lotação Definitiva Samambaia	DIRETOR	CEF 507 SAMAMBAIA
7011.607-5	FERDYLANE MICHELLE DA SILVA ALVES	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA		CEF 507 SAMAMBAIA
7008.947-7	GISELLE MARIA MENDES DE SOUZA	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA		CEF 507 SAMAMBAIA
0206.878-8	INEZ LUCAS	PROFESSOR DE EDUC.	110 - Lotação Definitiva Samambaia		CEF 507 SAMAMBAIA

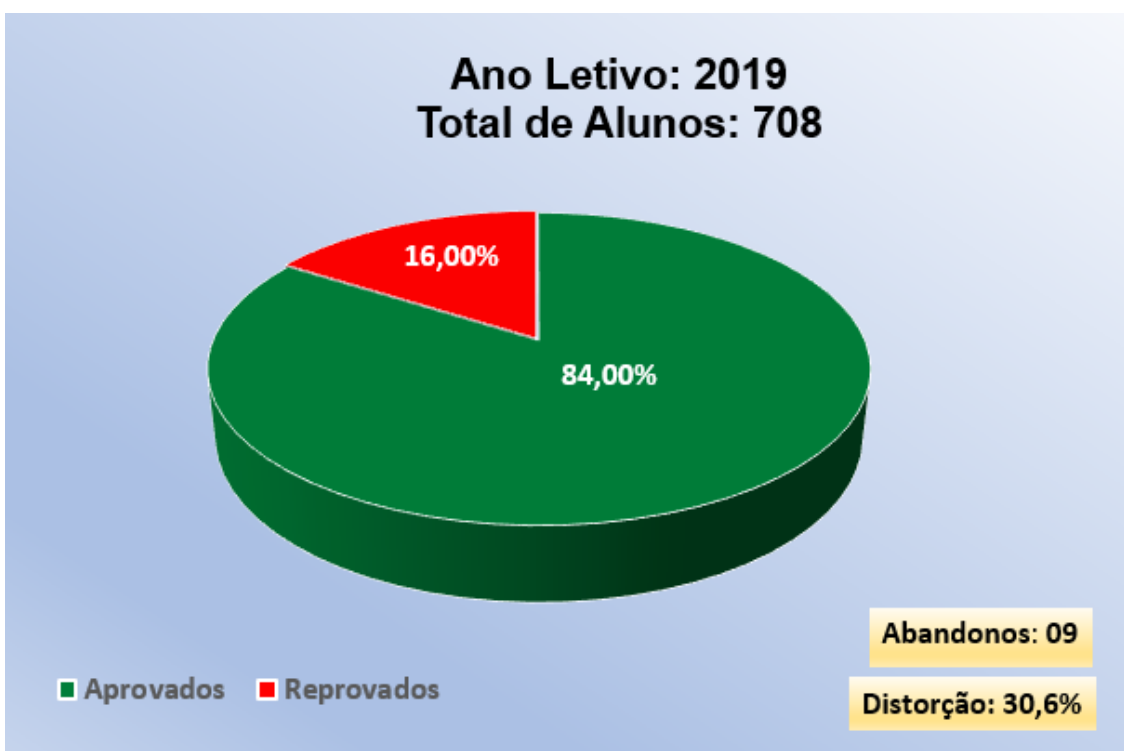
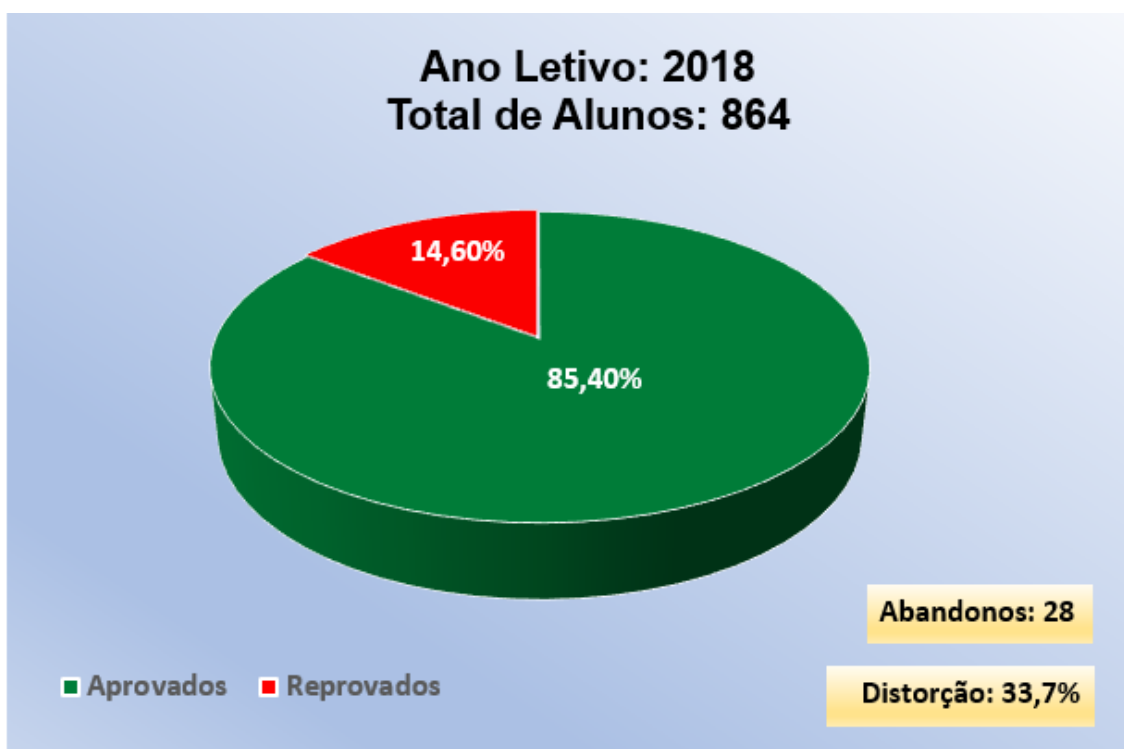
7009.183-8	JEFFERSON ROSA DA PONTE	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA	CEF 507 SAMAMBAIA
0219.493-7	JOAQUIM RIBEIRO ALVES FILHO	PROFESSOR DE EDUC.	014 - LOTACAO DEFINITIVA NA CRE SUPERVISOR	CEF 507 SAMAMBAIA
7008.906-X	JOSE MARIA DUARTE DE OLIVEIRA	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA	CEF 507 SAMAMBAIA
0235.145-5	LADIANE CARVALHO SALES DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUC.	112 - Lotação Definitiva Santa Maria	CEF 507 SAMAMBAIA
7013.469-3	LARISSA GOMES SOARES	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA	CEF 507 SAMAMBAIA
0246.566-3	LETICIA LUCAS MARTINS	PROFESSOR DE EDUC.	014 - LOTACAO DEFINITIVA NA CRE	CEF 507 SAMAMBAIA
7008.322-3	LILIAN GOMES BORGES DA MATA	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA	CEF 507 SAMAMBAIA
0038.093-8	LOURINALDO BEZERRA DE SOUZA	PROFESSOR DE EDUC.	210 - Exercício Definitivo Samambaia	CEF 507 SAMAMBAIA
0201.857-8	LUDMILY DE LIMA LEITE	PROFESSOR DE EDUC.	012 - PROC. REM. INTERNO	CEF 507 SAMAMBAIA
7008.034-8	LUIS FILIPE DE NAZARETH BRASIL	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA	CEF 507 SAMAMBAIA
7009.428-4	MARIA ANTONIA AGUIAR	PROFESSOR TEMPORARIO	008 - LOTACAO PROVISORIA	CEF 507 SAMAMBAIA

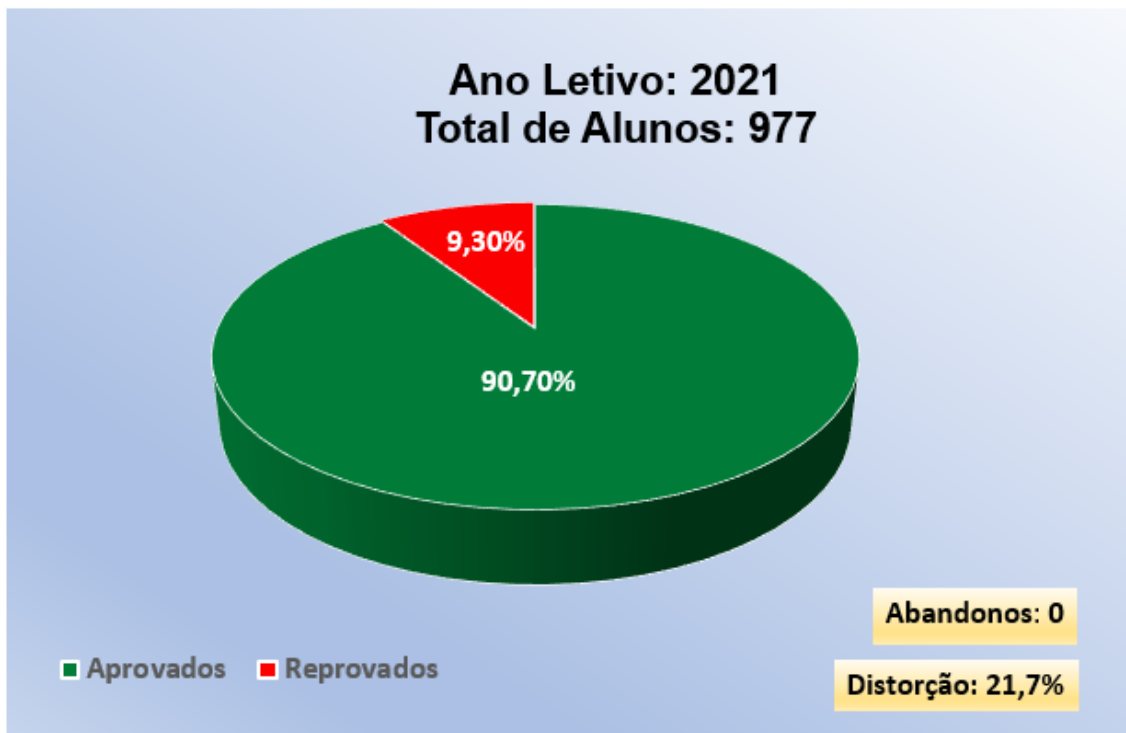
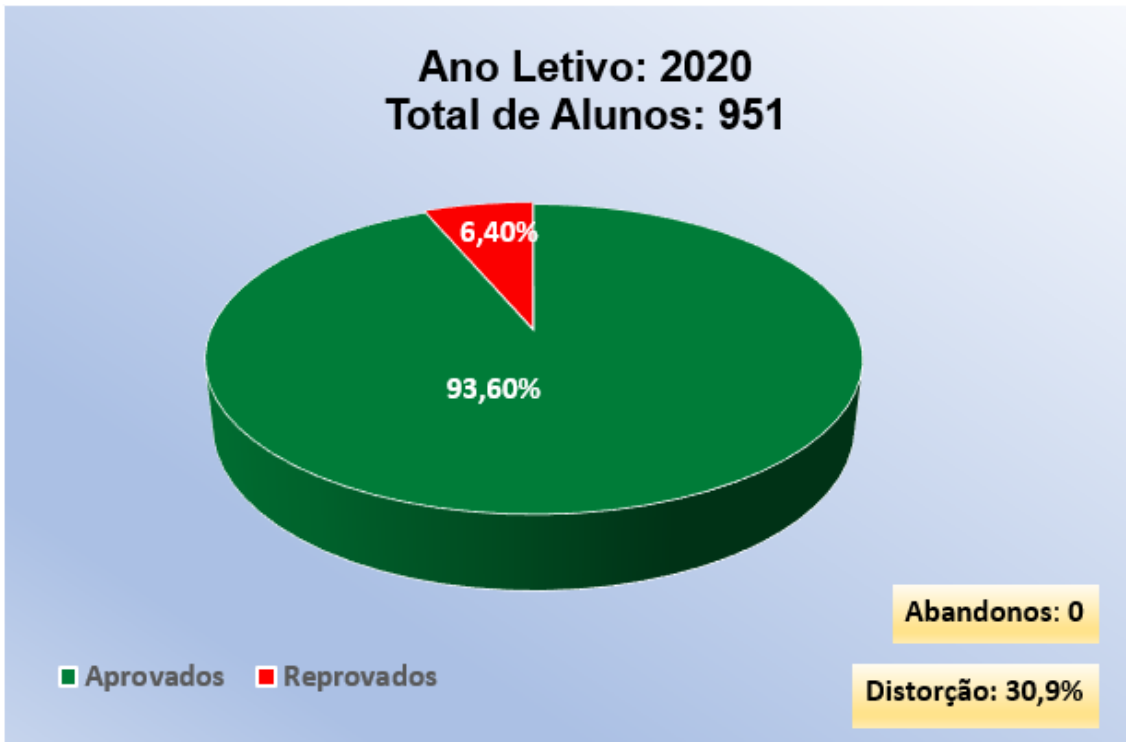
2.2 Apresentação e análise de resultados de indicadores, índices e dados

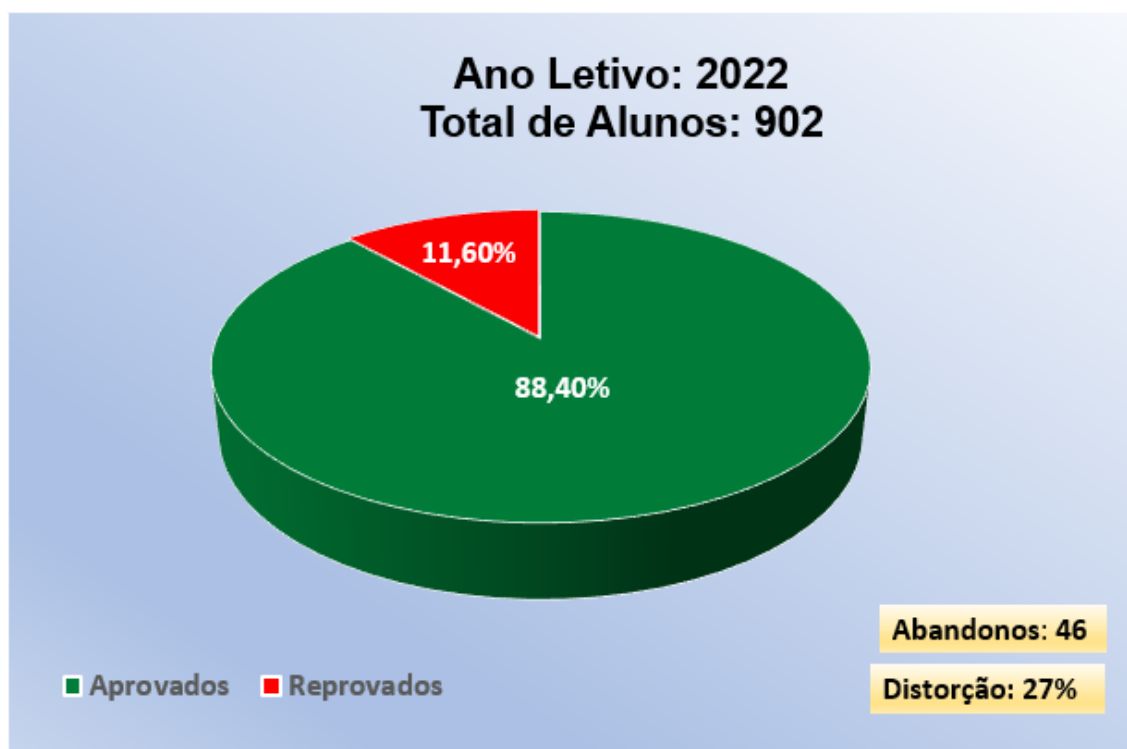
Com base nos documentos norteadores da Educação Básica, as informações resultantes do Censo Escolar e das avaliações de larga escala permitem que as instituições educacionais tenham referências para analisar estratégias pedagógicas e critérios adotados para aprovação/reprovação dos estudantes, bem como para estabelecer metas. Desse modo, a ECIM CEF 507 traçou um panorama de resultados de 2015 a 2022, além da análise do Ideb (desde 2005), a fim de nortear o trabalho pedagógico em 2023.











Distorção por ano

6º ano: 221	09 (4,07%)
7º ano: 188	17 (9,04%)
8º ano: 201	14 (6,96%)
9º ano: 257	27 (10,5%)
Total: 867	67 (7,72%)

Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado								Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	4.7	4.9	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
Dependência Administrativa																
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	4.5	4.7	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	4.3	4.5	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	6.4	6.4	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.0	7.1	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	4.4	4.6	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.


Fonte: Saeb e Censo Escolar.

Ideb nacional: observado e metas

	Ideb Observado							
Estado ↕	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕
DISTRITO FEDERAL	3.3	3.5	3.9	3.9	3.8	4.0	4.3	4.6

Metas Projetadas							
2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.8	5.0	5.3

Ideb do DF: observado e metas

Ano	Saeb				N 
	Matemática		Língua Portuguesa		
	Proficiência Média	Proficiência Padronizada	Proficiência Média	Proficiência Padronizada	
2005	228,7	4,3	207,4	3,6	3,93
2007	236,7	4,6	222,4	4,1	4,32
2009	245,0	4,8	243,7	4,8	4,81
2011	--	--	--	--	--
2013	233,6	4,5	225,3	4,2	4,32
2015	230,9	4,4	229,7	4,3	4,34
2017	--	--	--	--	--
2019	215,6	3,9	221,8	4,1	3,96

Notas obtidas no Saeb

3 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

No entendimento do corpo docente da ECIM CEF 507, a teoria deve andar em conjunto com a prática. Teoria sem prática é um exercício vazio de conceitos e definições. Da mesma forma, a prática sem teoria leva a ações descoordenadas e muitas vezes improdutivas.

Nas discussões realizadas em coordenação pedagógica, foram relacionadas várias questões ligadas à produção do Projeto Político-Pedagógico da escola. O processo de construção do PPP tem sido rico em debates e reflexões e tem se mostrado muito enriquecedor para o processo de ensino e aprendizagem realizado na ECIM CEF 507.

Todos entendem que educação pública deve ser gratuita, com um fim social, oferecida para todos e inclusiva. Nesse entendimento, tudo o que a escola oferta à sua comunidade deve ser sempre permeado de elevada qualidade. Mas o que é qualidade? Para que a educação seja de excelência, é preciso que o aluno consiga aprender conteúdo, desenvolver o senso crítico, compreender a sociedade em que vive e ascender socialmente. Todas essas concepções não são novas e de certa forma já estão presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Toda educação de qualidade deve ser ministrada de acordo com alguns valores que orientem essa prática. Esses valores podem variar entre as comunidades escolares,

embora alguns possivelmente estejam sempre presentes. A esse conjunto de valores que podem orientar a prática pedagógica chamamos cosmovisão, ou seja, a maneira de ver o mundo, em especial a educação. Diante disso, a cosmovisão educacional dos professores da ECIM CEF 507 entende que respeito, responsabilidade, compromisso, motivação e disciplina tanto docente quanto discente devem estar presentes em quaisquer atos pedagógicos desenvolvidos pela escola.

Os valores que orientam a prática pedagógica se mostram conectados com as práticas desenvolvidas tanto em sala de aula quanto na administração direta da escola. Por exemplo, o respeito, entendido como um valor de orientação das práticas pedagógicas, materializa-se na escola quando o administrativo dá condições para o pedagógico acontecer. Isso equivale a dizer que a parte administrativa da escola não pode ser um fim em si mesma, como às vezes acontece, mas deve dar condições para que o trabalho de ensino e aprendizagem seja exercido de forma plena, deve ser decidido e dirigido em função do pedagógico.

Essa é uma questão que realmente se mostrou um ponto de preocupação para todos. A escola deve ser gerida a partir das preocupações pedagógicas, não apenas em relação ao gasto dos recursos públicos. Dar voz a todos os segmentos da instituição é fazer valer a gestão democrática prevista na LDB.

Ainda em relação às práticas defendidas pelo grupo, é importante citar uma que é entendida por todos como essencial: a valorização da coordenação pedagógica. Esse espaço deve ser utilizado como momento de enriquecimento da prática pedagógica coletiva, atendimento extraclasse a diferentes tipos de alunos, desenvolvimento pessoal e profissional do professor.

Diante das práticas pedagógicas e dos valores defendidos, pode-se pensar sobre a finalidade da educação. Nesse aspecto, é importante salientar que os professores da ECIM CEF 507 concordam com o que já está escrito e é defendido pela lei da educação: 9.394/96, a LDB.

"Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (LDB, 1996).

Qualquer concepção educacional que pretenda ser verdadeiramente democrática e participativa precisa combater com força e determinação, no interior da escola pública, as relações sociais baseadas na competição e no individualismo, que ainda estão indistintamente muito presentes nas práticas educativas. Se, por um lado, a escola, por si só, dentro dos seus restritos espaços e limites de atuação, não pode transformar as condições materiais socioeconômicas, políticas e culturais vigentes que imperam no capitalismo, por outro, através de atividades pedagógicas coletivas intencionalmente

organizadas e direcionadas, ela pode e deve, ao menos dentro dos seus muros, procurar constituir relações sociais que não tomem como parâmetro a competição saudável.

Nesse sentido, discutir uma concepção educacional assumida por este Projeto Político-Pedagógico, que ressalta como aspecto negativo a valorização da competição e do individualismo, induz a crer que não é possível pensar uma forma de organização coletiva da escola e, por conseguinte, de participação política engajada, quando a competição entre os sujeitos que fazem a escola concreta, cada vez mais complexa, está permeada e dominada por interesses individualistas, ou por interesses de segmentos coletivos específicos (professores, alunos, funcionários, pais/mães), que se acusam mutuamente, sem o desprendimento de submeterem a uma análise crítica às próprias percepções caóticas que fazem da escola a qual, querendo ou não, eles mesmos ajudam a construir diariamente.

Os pressupostos filosóficos deste Projeto Político-Pedagógico assumem como compromisso a necessidade de se construir a escola pública enquanto um instrumento que pode auxiliar no processo de transformação social. É sabido que, no âmbito formal, a escola é um espaço em que o ato de educar se concretiza, portanto, ela acaba sendo utilizada tanto para a socialização de indivíduos de todas as idades como para servir de espaço de difusão cultural. Além disso, por meio da apropriação do saber construído através dos séculos e da reflexão sobre esse saber, o aluno se torna capaz de trabalhar própria realidade no sentido de mudá-la ou mantê-la como se apresenta: de qualquer forma, se a educação é de qualidade, essa será uma escolha consciente e crítica.

A ECIM CEF 507 pretende desenvolver-se como um espaço público que garante aos alunos uma educação de qualidade e isso só será possível se possibilitarmos e estimularmos o pensamento crítico voltado para a percepção da realidade da comunidade, reconhecendo que a escola tem um papel determinante na formação de sujeitos educados para além do mero ato cognitivo e contemplados em várias dimensões, tais como *“a ética, a artística, a física, a estética e suas inter-relações com a construção social, mental, ambiental e integral do desenvolvimento humano.”* (MOTA, 2011).

É importante ressaltar, portanto, que a função social da escola só será cumprida e as expectativas dos alunos (e dos responsáveis por eles) atendidas se levarmos em consideração a realidade. Como afirmou Carlos Mota:

A educação deve ser fomentada a partir da realidade dos sujeitos envolvidos no trabalho realizado, realidade esta que não se restringe ao campo das relações humanas e sociais entendidas apenas como as relações entre humanos. Deve conectar os saberes construídos historicamente, associados aos saberes construídos pela comunidade, e que incorporam uma nova mentalidade, um novo jeito de ser, estar e se relacionar no mundo, para que nela adquiram sentido e sirvam como mobilizadores de ações e atitudes, visando à formação solidária fundada no respeito, na autonomia, a favor do bem comum e da transformação

social, numa perspectiva de construção de consciências de corresponsabilidade para com o futuro do planeta e a sobrevivência das gerações futuras. (MOTA, 2011, p.21).

Na tentativa de melhorar e ressignificar o processo de ensino-aprendizagem dentro da nossa instituição, agimos pensando na ampliação dos espaços formais da aprendizagem, extrapolando os limites da escola e propondo à comunidade que nos acompanhe nesse percurso tão rico que é o educar para a vida, para o respeito aos direitos dos indivíduos, para o exercício consciente da cidadania. Para tal, verifica-se a necessidade de um planejamento coletivo, da estipulação de metas claras e possíveis de serem cumpridas, que revelem as necessidades inerentes à realidade particular de nossa escola, e é o que estamos fazendo ao discutir e reformular o nosso Projeto Político-Pedagógico. Pretendemos, assim, consolidar o reconhecimento social de nossa unidade escolar pela participação, competência, criatividade e inovação de nossa equipe de gestores, professores e servidores em parceria juntamente com pais, alunos e comunidade em geral.

4 MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR

A ECIM CEF 507 de Samambaia pretende garantir a todos os estudantes uma formação integral que contemple tanto o aprendizado do conteúdo proposto por todos os componentes curriculares quanto o estímulo e o desenvolvimento das potencialidades dos alunos como ferramentas de auto realização, preparação para o exercício da cidadania, do respeito aos direitos humanos e da compreensão da sociedade em que vivem para que seja possível a inserção igualitária nos meios sociais.

Objetivos

✓ Valorizar e oportunizar o desenvolvimento da consciência crítica, política e social de todos os segmentos envolvidos, a fim de promover uma participação ativa na escola e na vida em comunidade necessária ao pleno exercício da cidadania e dos princípios democráticos;

✓ Conscientizar o educando das suas responsabilidades para com o patrimônio público;

✓ Criar condições educacionais que promovam o desenvolvimento integral do ser humano, ou seja, das grandes capacidades do homem: cognitiva, afetiva, física, ética, estética e social;

✓ Prover ao educando condições para que ele possa priorizar valores necessários para tornar-se um cidadão cômico de seus direitos e deveres para consigo e para com a sociedade;

✓ Despertar no aluno a valorização dos símbolos e o espírito patriótico do povo

brasileiro como nação e cultura nacional;

✓ Proporcionar condições favoráveis à integração entre família e instituição educacional;

✓ Estimular a reflexão crítica que favoreça o aguçamento da curiosidade, observação, investigação, proporcionando tomadas de atitudes, livres e conscientes, frente ao conhecimento e interpretação da realidade.

5 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Os princípios básicos que norteiam as principais decisões e ações pedagógicas e administrativas da escola estão relacionados diretamente aos princípios da Lei de Gestão Democrática e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). São eles que garantem o pleno funcionamento do trabalho coletivo desenvolvido na instituição. Entre eles, podemos citar a promoção da participação efetiva da comunidade escolar, o estímulo ao respeito às diferenças entre os indivíduos, sejam elas de natureza racial, social, física, religiosa, sexual, etc., a valorização da autonomia da unidade escolar, a transparência no que diz respeito à gestão escolar, a garantia de qualidade social, a democratização das relações pedagógicas e trabalhistas e a valorização do profissional da educação.

O educando não é um ser fragmentado, dividido em partes, é um ser único, especial e singular e que traz consigo toda uma bagagem de conhecimentos e vivências, seja ela familiar ou social. Assim, descobrimos a educação, o ambiente escolar como um espaço de convivência, espaço que une os jovens em torno do direito de aprender e da busca pela conquista da cidadania.

Na sociedade atual, a escola é instada a desempenhar um conjunto de funções diversas. Além da função de instruir e avaliar, a escola tem de orientar (pedagógica, vocacional e socialmente), de cuidar, de se relacionar ativamente com a comunidade, de gerir e adaptar currículos, de coordenar um grande número de atividades, de organizar e gerir recursos e informações educativas. Nessa perspectiva, a educação pressupõe que todas as atividades são entendidas como educativas, sendo elas atividades esportivas, culturais, artísticas, de educação ambiental, de inclusão digital no laboratório de informática. A escola não pode e não deve ser vista apenas como um espaço para se passar o tempo ocioso. É preciso haver uma intencionalidade educativa e isso é realizado através dos projetos desenvolvidos ao longo do ano. O aluno precisa gostar da escola, querer estar nela, portanto, precisa ser convidativa.

A unidade escolar é um espaço que abre um diálogo profundo com a comunidade, dando novos significados aos conhecimentos, respeitando as diferenças sociais e culturais que ficam cada vez mais ligadas à vida das pessoas e aos territórios. Quando o território é explorado e experimentado pedagogicamente pelas pessoas, passa a ser ressignificado.

Os princípios que norteiam uma Educação Integral são: a integralidade, a intersectorialização, a transversalidade, o diálogo entre a escola e a comunidade, a territorialidade e o trabalho em rede. Todos esses princípios se tornam essenciais na construção de uma escola sólida, com projetos de qualidade e que buscam a formação integral do seu corpo discente.

Embora estejamos amparados nos princípios da educação integral, temos a consciência de que essas ideias não são neutras do ponto de vista político-ideológico. É sabido que, atualmente, pretende-se que as escolas sejam um espaço de formação total do indivíduo, extrapolando os limites do conteúdo a ser ensinado e redimensionando a função da escola para abarcar a formação do indivíduo.

Essa ideia traz em si um forte viés político e ideológico, posto que, para pensar na formação integral do ser humano, temos que nos perguntar primeiramente quais são as atribuições, qualidades, inteligências e habilidades humanas que queremos adotar como diretrizes para nossos alunos, além, é claro, de alguns “pressupostos de vida social” (MARIANA, 2011) a serem tidos como parâmetros. Desse modo, entendemos que a educação integral é um projeto que não pode ser entendido como dissociado de um projeto global de sociedade nem como uma coleção de práticas pedagógicas voltadas para a manutenção da ordem social tal como se encontra na atualidade.

Sob essa óptica, nós da ECIM CEF 507, ao aderirmos a essa visão de educação integral, temos como intenção desenvolver da melhor forma as potencialidades dos nossos alunos por meio de aulas e projetos a serem desenvolvidos ao longo do ano os quais possibilitem uma relação mais equilibrada desses indivíduos com a realidade que os cerca. O nosso compromisso é fazer com que os educandos sejam capazes de elaborar análises críticas da sociedade e resgatar conhecimentos tradicionais populares, a fim de consolidar práticas de colaboração, cooperação e coletividade, defender os direitos humanos e participar ativamente de um processo educativo coletivo e proveitoso para todos os envolvidos. Ao trabalharmos coletivamente em prol da defesa dos direitos humanos e do respeito às diferenças, faz-se necessário tratar da perspectiva da educação inclusiva.

Percebe-se que as escolas públicas, em sua maioria com engenharia básica, não se adequam ao atendimento de alunos com necessidades especiais. No entanto, ao longo dos anos, a ECIM CEF 507 tem recebido cada vez mais alunos com tais necessidades, os quais, forçadamente, estão se adaptando à realidade da escola, provocando um desdobramento maior dos educadores, cuja maioria não está apta para atuar com esse público alvo. Acreditamos que a sociedade e as famílias buscaram (e buscam) mecanismos de inclusão social, mas não foram aperfeiçoadas as práticas pedagógicas, principalmente dos docentes que não estão atuando especificamente com as salas de recursos. Mesmo com ferramentas escassas e as dificuldades encontradas, a ECIM CEF

507 tem encontrado resultados pedagógicos satisfatórios no que diz respeito à inclusão, isso devido à colaboração e ao apoio de toda a equipe, Sala de Recursos, Direção e corpo docente.

A escola é o local onde se formam cidadãos, conseqüentemente, o convívio no espaço escolar molda a pessoa que será inserida na sociedade. Nessa perspectiva, o futuro trabalhador é gerado na escola e a sociedade busca encontrar nos colégios as práticas cidadãs. Então, transmitir conhecimentos e passar conteúdos educacionais não devem ser vistos como função ou finalidade única da escola. Na permanência em sala de aula, o futuro cidadão aprende também a conviver e deve ter contato com as diferenças sociais, físicas e culturais. Nossos alunos precisam entender que cada pessoa tem o seu papel e o seu momento na sala de aula, o que vai refletir no seu convívio com as pessoas ao longo de sua vida, no seu convívio pós sala de aula, na forma de tratar e ver as pessoas com deficiência, na noção do conceito de respeito e cidadania.

Muito se tem discutido sobre a Educação Inclusiva em nossa sociedade. A integração e a inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino têm acontecido por várias vezes através do atendimento às leis vigentes. No entanto, percebe-se que há inúmeras barreiras que impedem que a política de inclusão se torne realidade nas práticas cotidianas de nossa escola. Para que haja inclusão, não basta apenas assegurar a matrícula do aluno em turma regular de ensino ou criar estruturas físicas adequadas ou mesmo estabelecer leis que assegurem o direito à educação inclusiva aos que dela necessitam. É preciso que tenhamos políticas educacionais que atentem para a valorização desse aluno enquanto indivíduo, facilitando o acesso a serviços de apoio especializado, formação continuada dos profissionais da educação, publicação de materiais com o tema, entre outras ações, para assegurar que, de fato, seja possível a prática de uma educação inclusiva que favoreça o aluno.

O Centro de Ensino Fundamental 507 de Samambaia conta com a Sala de Recursos, com a Sala de Apoio à Aprendizagem e Projetos Especiais que visam a promover as práticas inclusivas em nosso contexto. Ressalta-se que as práticas inclusivas encontram-se permeadas em todas as ações referentes às Propostas Pedagógicas Curriculares deste estabelecimento de ensino.

5.1 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

5.1.2 Objetivo geral

Por meio das ações deste Projeto Político-pedagógico, o objetivo geral é melhorar as práticas pedagógicas e assegurar o sucesso da aprendizagem dos discentes.

5.1.2 Objetivos específicos

Organizar as atividades anuais e bimestrais realizadas pelos professores e pela unidade escolar como um todo; formação dos profissionais da escola com palestras motivacionais, no intuito de tornar as aulas mais atraentes e interessantes; redução da taxa de reprovação; recuperação processual das disciplinas mais críticas com aulas de reforço escolar e acompanhamento do orientador escolar; aplicação de simulados nos moldes da Prova Brasil para uma melhor preparação dos alunos; acompanhamento dos resultados das avaliações aplicadas na IE; procura dos alunos evadidos por uma comissão formada na escola; aplicação dos recursos financeiros do PDAF na aquisição de materiais pedagógicos voltados para a formação do corpo docente; implementação de projetos voltados para o melhoramento do rendimento escolar.

5.1.3 Ações

- ✓ Elaborar/adequar planejamentos bimestrais e anual, tanto dos docentes quanto da unidade escolar.
- ✓ Recuperar os alunos que não atingiram a média e atualizar a defasagem de conteúdos.
- ✓ Elaborar um horário especial e organizar a semana de recuperação.
- ✓ Assegurar que a recuperação processual seja efetivamente positiva para os alunos.
- ✓ Conferir os resultados após a recuperação.

6 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Esse Projeto Político-Pedagógico se fundamenta teoricamente nas concepções da Pedagogia Histórico-crítica, que tem como precursor Lev Semenovitch Vigotski, e da Psicologia Histórico-cultural, desenvolvida por Dermeval Saviani. O corpo docente da ECIM CEF 507 é ciente de sua importância no processo de construção da aprendizagem do aluno e na sua formação intelectual e humana e parte do princípio que explica o aprendizado do ponto de vista de sua natureza social, entendendo que a educação é a base para qualquer transformação social mais significativa. A teoria Histórico-cultural, em sua origem, define que a aprendizagem tem uma natureza social. O indivíduo desenvolve suas funções psicológicas superiores¹ através das interações sociais que executa. Sendo assim, percebe-se que o social prevalece sobre o biológico no que diz respeito ao desenvolvimento das funções

¹ Funções psicológicas superiores ou processos mentais superiores são os mecanismos psicológicos complexos, próprios dos seres humanos, como a atenção voluntária, a memória lógica, as ações conscientes, o comportamento intencional e o pensamento abstrato. São considerados superiores por se distinguirem dos processos psicológicos elementares como as ações reflexas (Ex.: sucção do seio da mãe pelo bebê), as associações simples (Ex.: evitar o contato da mão com o fogo) e as reações automatizadas (Ex.: movimento da cabeça em direção a um ruído repentino)” (ANTONIO, 2008).

psicológicas de um indivíduo.

A partir dessa perspectiva, faz-se necessário ressaltar que os jovens que compõem o corpo estudantil do ensino fundamental (anos finais) assumem a condição de sujeitos que constroem, passo a passo, a própria cidadania, buscando referências para sua formação (nos familiares, colegas, professores, etc.), informação, conhecimento e princípios para lidar com situações cotidianas. De acordo com as concepções descritas no Currículo em Movimento:

[...] Este é um momento em que a capacidade de simbolizar, perceber e compreender o mundo em suas diversidades, por meio de relações socioculturais, possibilita a estruturação de seu modo de pensar e agir no mundo, além da construção de sua autonomia e de sua identidade. Ao promover experiências pessoais e coletivas com o objetivo de formação de estudantes colaborativos, pesquisadores, críticos, corresponsáveis por suas aprendizagens, a escola ressignifica o currículo, articulando conteúdos com eixos transversais e integradores (SEEDF, 2014).

Entende-se, portanto, que os trabalhos pedagógicos desenvolvidos na escola devem se apoiar na prática social antes de tudo, através da mediação, da linguagem e da cultura em que os alunos aprenderão a partir de sua interação com o meio em que vivem e com os outros.

O desenvolvimento das análises críticas da educação, no final da década de 1970, constituiu o contexto para a elaboração da pedagogia histórico-crítica em reação aos ditames militares referentes às práticas pedagógicas que exploravam um viés tecnicista. A concepção pedagógica desenvolvida por Dermeval Saviani é considerada revolucionária, visto que se propõe a transformar as relações de produção a partir da educação.

Nessa concepção teórica, fica evidente que não é mais possível, atualmente, desconsiderar o contexto social, econômico, cultural e político dos estudantes, mesmo porque, para que a escola realmente tenha uma democratização no acesso das camadas mais populares da sociedade, é preciso que haja uma reinvenção pedagógica, a qual deve acontecer no sentido de garantir que as necessidades de formação dos estudantes serão contempladas em detrimento da vontade de uma minoria (ou aquela que determina qual conteúdo formal será estudado, ou os próprios professores, que muitas vezes ensinam para si mesmos, reproduzindo discursos, e não para os outros – os discentes).

Conforme Saviani,

[...] o estudo dos conteúdos curriculares tomará a prática social dos estudantes como elemento para a problematização diária na escola e sala de aula e se sustentará na mediação necessária entre os sujeitos, por meio da linguagem que revela os signos e sentidos culturais (SEEDF, 2014).

Devemos entender por prática social o conjunto de aprendizados que o estudante concebeu ao longo de toda a sua trajetória, seja ela pessoal ou acadêmica, e que interferirá indelévelmente na construção de seu saber científico. Assim, o processo de ensino-aprendizagem se torna mais justo, já que leva em consideração o sujeito como parte efetiva

do processo e não como mero objeto decorativo que participa de um evento chamado “aula” dentro de uma sala de aula. Se não há significado no conhecimento adquirido pelo aluno, não há também necessidade de aprendizado.

A equipe da ECIM CEF 507, ao adotar as perspectivas teóricas supracitadas como orientadoras do trabalho pedagógico, tem a intenção de fazer valer a função social da escola, modificando a ideia há tantos anos instituída de que o currículo é um rol de conteúdos a serem trabalhados e que o papel da escola é fazer com que os professores cumpram o estipulado. Ao nos preocuparmos com a formação humana, além da intelectual e da interação entre toda a comunidade escolar, acreditamos estar seguindo o caminho mais justo para o cumprimento de nossos objetivos de instituição escolar.

Como uma tentativa de repensar as nossas práticas pedagógicas, o Centro de Ensino Fundamental 507 de Samambaia, no final do ano letivo de 2012, depois de avaliar aspectos disciplinares e pedagógicos e o rendimento escolar de seus alunos, verificou um elevado índice de evasão escolar, alunos fora da faixa etária, retenção de muitos alunos e desmotivação dos profissionais de educação. Era necessária, pois, uma mudança na prática pedagógica da instituição para sanar os problemas identificados nas avaliações institucionais.

A proposta do 3º Ciclo, apresentada numa reunião no final do ano letivo de 2012, representou uma oportunidade de mudança, que foi abraçada pela comunidade escolar da ECIM CEF 507, mesmo sem a compreensão de como funcionaria essa nova metodologia de ensino. No ano seguinte, em meio à turbulência de informações desconstruídas noticiadas pela mídia, discussões no âmbito do Conselho de Educação do Distrito Federal e insegurança com a nova modalidade, iniciamos nossa formação com a EAPE e a CRE de Samambaia, no espaço da coordenação pedagógica.

A proposta do 3º Ciclo, desde a adesão em 2012, representa para a ECIM CEF 507 uma tentativa de mudança da realidade que maltrata a escola pública, mas os resultados efetivos somente serão possíveis com o comprometimento de todos os segmentos da comunidade escolar, orientados por um Projeto Político-Pedagógico construído coletivamente e que retrate a realidade da comunidade na qual a escola está inserida. Assim, temos tentado fazer valer a ideia de educação integral, criando *“condições para que as crianças, jovens e adultos se humanizem, apropriando-se da cultura, produto do desenvolvimento histórico humano”* (SEEDF, 2013), por meio dos projetos que elaboramos para serem desenvolvidos ao longo do ano. Aludindo a uma citação de Demerval Saviani, o nosso trabalho é definir exatamente aonde queremos chegar com a educação propiciada aos nossos alunos, a fim de cumprir o nosso papel enquanto profissionais que lutam contra a desigualdade social e que auxiliam, senão o seu aniquilamento, pelo menos a sua suavização.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA

A equipe de professores contempla as aprendizagens significativas aos alunos, sempre com a meta de promover cidadania, tentando interferir, obviamente de forma positiva, nos diversos problemas sociais que inquietam a cidade de Samambaia, tais como violência, drogas e vandalismo, entre outros. A intertextualidade e a contextualização dos conteúdos são levadas com seriedade na preparação das avaliações, de acordo com as orientações da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e do Currículo em Movimento do Distrito Federal. Estas propostas propiciam o desenvolvimento de competências e habilidades que permitam ao alunado desenvolver sua capacidade de compreender o mundo, ampliar seus conhecimentos, aprender a ser e a conviver, ou seja, desenvolver um senso crítico que lhe permita ser agente de suas próprias decisões.

As aulas são pontuadas a partir da necessidade de transformar e inculcar na comunidade valores como o respeito ao bem público, respeito mútuo, cultura da paz, valorização do espaço em que se inserem, cuidado com o próprio corpo, autoestima, entre outros.

Nas coordenações pedagógicas, é comum a preparação de fóruns de debates com textos de autores criteriosamente selecionados, procurando na literatura vigente reflexões, ações, experiências de pessoas, instituições que possam dar suporte às diversas situações que dificultam o processo ensino-aprendizagem dos educandos. A atual gestão procura exibir filmes e documentários, além de convidar palestrantes, entre outros recursos, para dar o suporte necessário aos docentes, a fim de que estes tenham o cabedal necessário para ministrarem aulas que sejam realmente significativas.

7.1 Eixos integradores dos anos finais

Organizar o trabalho pedagógico da escola para conseguir trabalhar satisfatoriamente com o currículo a que nos propomos cumprir é fundamental. Para tanto, todos os momentos de vivência coletiva dentro da escola são importantes. Temos tentado, ao longo dos anos, enriquecer a nossa escola com um material didático que desperte a curiosidade dos alunos e que os instigue a observar, pesquisar, resolver problemas. Esse material se encontra tanto nas mãos dos alunos quanto à disposição deles na sala de leitura.

É fato que há, na escola, uma tentativa recorrente de efetuar, por meio dos projetos que criamos, uma democratização dos saberes, contemplando os eixostransversais descritos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, tais como a Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade. É através do domínio da leitura, da escrita e do cálculo que são formados valores e atitudes que permitem vivências de variados letramentos ao longo da trajetória dos estudantes. Desse modo, torna-se possível trabalhar com os eixos transversais a partir de

tal prerrogativa.

7.2 Educação para a diversidade

O nosso currículo também se volta para a compreensão “do ambiente natural e social, dos processos histórico-geográficos, da diversidade étnico-cultural, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes e da cultura, dos direitos humanos e de princípios em que se fundamenta a sociedade brasileira, latino-americana e mundial” (SEEDF, 2014).

7.3 Cidadania e educação em e para os direitos humanos

O currículo é um campo de embates e disputas que representa a orientação política e pedagógica adotada pela escola, como espaço de troca e de produção cultural. Desse modo, a SEDF e a ECIM CEF 507 elegem eixos a serem desenvolvidos de maneira transversal, de modo que conhecimentos de diferentes áreas do conhecimento possam ser articulados de maneira integrada, interdisciplinar e contextualizada. Busca-se, pois, oferecer aos estudantes diferentes referenciais para a leitura de mundo. Entretanto, não se tratam de quaisquer eixos transversais, são eixos que contemplam narrativas historicamente silenciadas e que amparam o combate às desigualdades: Cidadania, Educação para a Diversidade e Educação em e para os Direitos Humanos. Ressalta-se que esses eixos transversais demandam estratégias pedagógicas a fim de que permeiem as ações e as relações sociais, na medida em que a escola desenvolve a sua política educativa.

7.4 Educação para a sustentabilidade

O corpo de professores e a direção planejam coletivamente projetos, oficinas, eventos culturais e recreativos com o propósito de cumprir com o currículo que estabelecemos. É deste modo que conectamos teoria e prática, além de ser possível, por meio de projetos elaborados em conjunto, abarcar vários conteúdos e disciplinas e promover a interdisciplinaridade, em projetos que contemplem, entre outras demandas, a educação para a sustentabilidade.

7.5 Desenvolvimento de programas e projetos específicos

7.5.1 Programa Nacional das Escolas Cívico-militares

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, prevê, em sua Meta 7, o fomento da qualidade da educação básica, em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir

as médias nacionais para o Ideb. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, alicerçado na garantia de uma educação de qualidade, conforme estabelecido no Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, visa contribuir para o atingimento dessa Meta, por meio de um modelo de excelência de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa. Esse modelo é baseado nos Colégios Militares e será aplicado para as etapas ensino fundamental (anos finais) e ensino médio de escolas públicas que possuam baixo Ideb e alunos em situação de vulnerabilidade. Diante do exposto, percebemos a implantação do Programa das Escolas Cívico-Militares como uma medida importante de combate às desigualdades de oportunidades e à violência e de fomento à formação humana e cívica, além de proporcionar a boa gestão escolar, oferecendo aos jovens a possibilidade de se tornarem protagonistas de suas vidas, bem como cidadãos.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), estabelecido pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, visa implantar um modelo de gestão de excelência em unidades escolares públicas de ensino regular que ofereçam as etapas dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio e que possuam baixo resultado de Ideb e alunos em situação de vulnerabilidade social. O Programa abarca um conjunto de ações direcionadas ao fomento e ao fortalecimento das Ecim, a partir desse modelo de gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa. No fomento, está compreendido o apoio técnico e financeiro destinado às escolas que realizarem a adesão para a implantação do modelo de gestão do Pecim em sua totalidade.

No âmbito do fortalecimento, é previsto o apoio técnico e financeiro destinado às escolas públicas regulares que já adotem um modelo de gestão com colaboração civil/militar, com o objetivo de padronizá-lo ao modelo MEC de Ecim, de forma a atingir os seus objetivos e iniciativas estratégicas. Desse modo, o Pecim é desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa e com o apoio dos militares das forças auxiliares, por intermédio das Secretarias de Segurança Pública dos estados e do Distrito Federal, por meio do Regime de Colaboração com as Secretarias de Educação visando aprimorar: a gestão escolar; o ambiente escolar; as práticas pedagógicas da escola; e o aprendizado e o desempenho escolar dos alunos. Para atingir esses objetivos, as Diretrizes das Escolas Cívico-militares devem ser o documento norteador das ações das Ecim, para a implantação do modelo nas gestões das áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa.

7.5.2 Convivência Escolar e Cultura de Paz na Escola

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), por meio da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB), com o objetivo de realizar ações para a materialização da Cultura de Paz e a conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, elaborou o Caderno Orientador “Convivência Escolar e Cultura de Paz”,

documento norteador deste projeto aderido pela ECIM CEF 507 de Samambaia. Com base nessa diretriz, a qual percebe a escola como espaço privilegiado para a construção da cidadania, para um convívio respeitoso entre pessoas diversas em suas cores, etnias, gêneros, orientação sexual, idades, condições socioeconômicas e religiosidades. Desse modo, é capaz de contribuir para a garantia dos direitos humanos, no sentido de evitar as manifestações da violência e fomentar a construção da cultura da paz. Nessa perspectiva, a ECIM CEF 507 tem procurado ampliar o diálogo, o exercício da escuta e o protagonismo estudantil, com o intuito de que cada um se comprometa com sua atuação, sendo parte de um processo coletivo para o alcance de uma Cultura de Paz. Vale destacar que esse projeto conta também com o apoio dos monitores do PECIM e que as ações estão sendo planejadas para um desenvolvimento ao longo de todo o ano letivo.

7.5.3 Programa SuperAção

O Parecer nº 01/2023 aprova o Programa SuperAção, com base na Lei de Diretrizes de Bases da Educação, Plano Distrital da Educação e Decreto nº 11079, de 2022, cujos objetivos estão listados adiante:

- ✓ Reconstruir as trajetórias escolares dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano matriculados no ensino fundamental da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, levando-os ao fluxo escolar com sucesso;
- ✓ Implementar organização que contemple a recuperação das aprendizagens essenciais;
- ✓ Identificar e acolher os estudantes fora do fluxo para o Ensino Fundamental;
- ✓ Sensibilizar os profissionais da educação sobre o desenvolvimento de ações que minimizem os atrasos escolares;
- ✓ Proporcionar prática pedagógica que vislumbre a recuperação e consolidação das aprendizagens;
- ✓ Contribuir para a recuperação das aprendizagens dos estudantes;
- ✓ Possibilitar a progressão escolar e o avanço das aprendizagens;
- ✓ Garantir a correção do fluxo escolar em, no mínimo, dois anos escolares, para os estudantes atendidos pelo SuperAção.
- ✓ Realizar acompanhamento formativo e sistemático das ações das unidades escolares que envolvam os estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.

A Organização Curricular para o SuperAção prevê componentes curriculares que se articulam em objetivos de aprendizagem e intervenções pedagógicas integradas, contextualizadas e interdisciplinares que visam promover as aprendizagens para os estudantes, de acordo com as suas realidades e interesses.

7.6 Componentes Curriculares

a) **Língua Portuguesa:** Desenvolvimento das competências comunicativas do aluno que integrem a análise linguística, a leitura e a produção oral e escrita de diversas modalidades textuais. Desse modo, o discente desenvolverá sua habilidade comunicativa e expressiva, além de capacitar-se a criticar com mais facilidade o contexto que o cerca. Mais ainda, a escola conta com atividades que estimulam o apreço pela língua e que são desenvolvidas tanto pelos professores, em sala de aula, quanto na sala de leitura. Sempre que há a possibilidade, os alunos da ECIM CEF 507 participam da Feira do Livro. A leitura de obras clássicas da literatura, jogos como o “Soletrando”, produções de texto que contemplem a realidade e necessidade dos alunos e a participação na Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa são constantes práticas dos professores dessa área.

b) **Língua Estrangeira Moderna:** Na ECIM CEF 507, a língua estrangeira trabalhada é o inglês. Sendo esta língua praticamente considerada universal, o seu aprendizado é importante para a construção da cidadania e preparação para o mundo do trabalho. Sabe-se que hoje há vários programas que possibilitam o intercâmbio de alunos brasileiros para o exterior, vivência muito importante para a edificação cultural e social de um estudante, desde que eles saibam se comunicar em outra língua. Partindo desse princípio, as aulas de inglês procuram focar a comunicação (escrita, leitura, audição, fala) em equilíbrio com a gramática da língua. Além disso, o conhecimento de outros costumes e culturas é fundamental para o desenvolvimento e ampliação das habilidades linguísticas e comunicacionais do discente.

c) **Artes:** Durante as aulas de artes, o papel do professor é mediar a interação entre os alunos e as mais diversas manifestações artísticas desenvolvidas ao longo da evolução da humanidade como forma de desenvolver a sensibilidade, ampliar a imaginação, estimular a criatividade e contemplar o talento que vários alunos manifestam para o desenho, a atuação etc. A partir das aulas de artes, os alunos são incentivados a explorar uma gama enorme de símbolos, significados e sentido, sendo capazes de, desta maneira, arquitetar novas formas de agir e compreender o mundo em vivem.

d) **Educação Física:** É fato que as aulas de educação física estimulam os aspectos motores, afetivos, sociais e cognitivos dos estudantes a partir da prática de várias atividades desportivas, tais como danças, esportes, ginásticas, jogos e lutas, dentre outras. Nas aulas de educação física, há uma tentativa de equilibrar tanto a prática quanto os conceitos por trás das atividades desportivas, além do estímulo constante ao “fair play” (o espírito esportivo, vinculado à ética que rege a conduta de qualquer esportista que não prejudica o outro de forma intencional e que atende às regras determinadas para cada modalidade). Os

alunos com necessidades especiais também são contemplados nessas atividades, no intuito de inseri-los plenamente no contato social com os outros estudantes, com exercícios voltados para o seu desenvolvimento, respeitando suas limitações cognitivas e/ou motoras.

e) **Matemática:** Na atualidade, o ensino de matemática distancia-se do mero exercício de fazer contas, decorar e aplicar fórmulas, aproximando-se do desenvolvimento da habilidade de estruturar pensamentos lógicos e funcionais que possam ser utilizados na resolução de problemas que façam parte do cotidiano do estudante. Partimos do pressuposto que o aprendizado em matemática se constitui através do ensino dos números e operações, grandezas e medidas, espaço e forma, além do desenvolvimento do raciocínio lógico a partir de situações problema. O professor dessa disciplina é, ainda, estimulado a trabalhar interdisciplinarmente, valendo-se da análise, leitura e interpretação de dados e estatísticas, criação de porcentagens e proporções veiculadas a vários outros conteúdos, tais como ciências, geografia, língua portuguesa. Os alunos participam anualmente da Olimpíada Brasileira de Matemática, a fim de ampliar sua participação nesse processo de ensino-aprendizagem.

f) **Ciências Naturais:** O ensino de ciências tem como foco a natureza como elemento mutante e o homem como sujeito que interfere, interage e modifica esse meio. Além disso, entendemos que o aluno do ensino fundamental atinge sua iniciação científica, a qual dá uma contribuição importante para a formação de tal como um ser capaz de romper com o senso comum a partir da observação, análise de dados, formulação de hipóteses e solução de problemas, tendo em vista o estudo de aspectos biológicos, químicos e físicos que ocorrem no universo. Esse entendimento possibilita que o estudante se veja como um agente transformador, responsável pela sua interferência no meio ambiente tanto quanto pelas consequências dessa intervenção. Assim, contemplamos nessas aulas a educação para a sustentabilidade, promovendo trabalhos que se voltem para pesquisas e práticas nessa área, tais como a coleta seletiva e a economia de água e energia.

g) **História:** As aulas de história têm como objetivo principal a emancipação do sujeito – através da formação de sua identidade cultural e social. Isso se dá por meio do estudo do passado e do presente em níveis locais, regionais e/ou mundiais, ampliando a visão que o aluno tem do humano como sujeito crítico e histórico, o qual tem a capacidade e a responsabilidade de intervir na realidade que o cerca, fazendo frente às questões culturais, políticas e sociais, tanto coletivas quanto individuais. A formação de um cidadão crítico capaz de defender seu ponto de vista, respeitando quaisquer diferenças e rejeitando discriminações, estimula ações solidárias, responsáveis e cooperativas. Os alunos são levados a ler, informar-se e pesquisar sobre ações passadas e presentes que construíram

a realidade tal qual ela se apresenta e são levados a propor intervenções, projetos e soluções para os problemas observados que mais os afligiram.

h) **Geografia:** O conteúdo dessa disciplina se volta para o entendimento do espaço, da interação entre o humano e o espaço que habita e as possibilidades de construção de cidadania que surgem a partir daí. A valorização do conhecimento prévio do estudante e de sua capacidade de observação e descrição do espaço que habita são importantes para a construção do conhecimento em geografia. Juntamente com as ciências naturais, é nessa disciplina que o aluno terá sua consciência crítica despertada para as relações do homem com a natureza e as noções de sustentabilidade tão caras à sociedade atual. Nas aulas desse componente curricular, o aluno é levado a compreender o espaço como fruto e componente de transformações tecnológicas que interagem com a existência humana, sendo assim possível desenvolver todos os eixos transversais contemplados pelo Currículo em Movimento: Educação para a diversidade, Cidadania e Educação em e para os direitos humanos e Educação para a sustentabilidade.

i) **PD (Parte Diversificada):** As aulas de PD têm como foco trabalhar os eixos transversais a partir da leitura, da interpretação de textos e da escrita, raciocínio lógico matemático e fundamentos básicos das ciências naturais. Durante essas aulas, são desenvolvidos debates, produções textuais, rodas de leitura e trabalhos que ilustram a importância dada aos temas de diversidade (social, de gênero, religiosa etc.), cidadania e direitos humanos. A carga horária de PI é dividida entre professores de componentes curriculares diversos.

8 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A Organização do Trabalho Pedagógico é base para uma política educativa comprometida, sobretudo quando se busca a qualidade social, em que a progressão continuada seja realidade. À luz dessa concepção, são fundamentais aspectos como a gestão democrática, a formação continuada de todos os profissionais da educação, a organização de espaços e tempos escolares conforme as necessidades da comunidade, o fortalecimento e enriquecimento da coordenação pedagógica e a articulação dos três níveis de avaliação pelo caráter marcadamente formativo: da aprendizagem, institucional e sistêmica. Assim, é imprescindível que esses e outros relevantes elementos contribuam para a boa Organização do Trabalho Pedagógico na escola.

8.1 Ciclos e semestralidade

É adotada na ECIM CEF 507 a avaliação em Ciclos, na qual os alunos, apesar de avaliados bimestralmente e terem seu rendimento mensurado ainda com notas de 0 a 10 pontos, só poderão ser retidos em suas séries ao final de cada Bloco (7º ano e 9º ano).

No segmento de Ensino Médio, o qual não mais é atendido pela nossa escola desde 2021, é adotado o sistema de semestralidade, em que as disciplinas são divididas em 2 blocos, lecionadas apenas para determinadas turmas e alternadas ao fim de cada semestre.

8.2 Organização dos tempos e espaços

A ECIM CEF 507 atende a estudantes dos anos finais do ensino fundamental, em dois turnos, com turmas de sextos e sétimos anos no matutino, cujas aulas são ministradas das 7h20 às 12h20, e com turmas de oitavos e nonos anos no vespertino, com aulas das 13h às 18h. Os intervalos ocorrem sempre uma vez por turno, com 20 minutos de duração. As coordenações ocorrem três vezes por semana, sendo uma individual, uma coletiva e uma por área. A sala de leitura, que fica sob responsabilidade dos professores readaptados, é aberta aos alunos durante os turnos matutino e vespertino.

8.3 Relação escola/comunidade – Reunião de pais

As reuniões de pais e professores são realizadas sempre ao final de cada bimestre letivo. Assim, os responsáveis têm acesso aos boletins atualizados de cada bimestre com notas, faltas e outras informações referentes aos alunos. Os professores estão sempre presentes nas reuniões, sendo os docentes responsáveis por entregar boletins e conversar com os pais presentes das respectivas turmas das quais são conselheiros.

8.4 Atuação de equipes especializadas e outros profissionais

O papel do professor no processo de aprendizagem será de mediador, no qual o estudante é o sujeito da ação educativa. Desse modo, aspectos distintos serão norteadores para o desenvolvimento da aprendizagem. Cabe às equipes administrativas e pedagógicas oferecerem o suporte necessário para que as atividades ocorram em sua plenitude.

Para tanto, a escola possui como comunidade escolar os seguintes membros: pais/responsáveis; equipe de direção; orientador educacional; professores da sala de recursos; EEAA (Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem); secretário; auxiliares de secretaria; auxiliares de serviços gerais; vigilantes; equipe de limpeza; merendeiras; corpo docente; corpo discente; membros do conselho de segurança; membros do conselho escolar; membros do caixa escolar; estagiários esporadicamente.

8.5 Coordenação pedagógica e papel do coordenador na unidade escolar

A coordenação pedagógica, de acordo com documentos norteadores da educação, constitui-se como espaço-tempo de reflexões acerca dos processos pedagógicos

de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico - PPP. Portanto, entre as atribuições do coordenador, descritas adiante no Plano de Ação da Coordenação Pedagógica, devem contemplar a implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF em vigor.

8.6 Valorização e formação continuada dos profissionais da educação

São definidas com base na legislação vigente e considerando as características da escola, a fim de proporcionar um ambiente de formação que privilegie sempre o preparo para uma educação pública de qualidade. Consoante o Art. 302 do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, são direitos dos professores, além dos conferidos por legislação específica:

I - receber tratamento condigno com a função de professor;

II - ter assegurada sua integridade física, mental, emocional e moral;

III - dispor de condições adequadas ao desenvolvimento da ação educativa;

IV - ter autonomia didático-pedagógica de ensino, observados os documentos norteadores da SEEDF;

V - participar de eventos pedagógicos que promovam a sua formação;

VI - utilizar o período de Coordenação Pedagógica para fins de formação continuada, planejamento e avaliação da organização do trabalho pedagógico e outras atividades condizentes com a Carreira do Magistério Público.

Desse modo, a ECIM CEF 507 busca otimizar o tempo da coordenação coletiva como espaço de valorização e formação continuada dos professores, por meio de atividades desenvolvidas pela supervisão e pela coordenação pedagógica, bem como pela participação da UNIEB e da EAPE, por exemplo.

9 AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

9.1 Avaliação para as aprendizagens

A avaliação é um instrumento elementar na configuração do processo de ensino-aprendizagem. Sob essa ótica, a avaliação deve ser entendida como parte de um todo, isto é, ela é uma peça importante na construção da autonomia e da cidadania.

A ECIM CEF 507 compreende a avaliação de aprendizagem como parte de um processo, e não o fim deste. Entende, também, que a avaliação não é a medição de conhecimentos representada por uma nota específica que declara a percentagem de aprendizado. Aferir conhecimentos não é o mesmo que avaliar. Portanto, a avaliação não

pode ser pontual, mas sim ocorrer durante todo o processo de aprendizado, em uma perspectiva formativa.

A avaliação formativa deve ser reguladora, ou seja, deve permitir o ajuste do trabalho pedagógico à realidade dos progressos registrados e à natureza das dificuldades constatadas. Para Perrenoud (1999), a avaliação formativa é informativa: auxilia o estudante a aprender e a se desenvolver, colabora para a regulação das ações de aprendizagem e, sob a forma de uma intervenção em tempo real, é praticamente indissociável das interações didáticas propriamente ditas. A nossa escola defende essa visão, ao entender que as diferentes interações promovidas e/ou incentivadas pelo professor devem constituir contextos para o desenvolvimento da autoavaliação e coavaliação dos estudantes.

Nesse cenário, a ECIM CEF 507 contempla e adota a construção do modelo de avaliação formativa como método que busca o maior aproveitamento possível da diversidade cultural e intelectual de nossos alunos, com base, também, no que determinamos diretrizes da Secretaria de Educação do DF acerca da avaliação. No que concerne ao Ensino Fundamental e ao modelo de Ciclos, os professores, em reunião com a equipe gestora, consideraram que a avaliação deve ser utilizada como estratégia de acompanhamento do desenvolvimento do estudante em sua jornada escolar. Assim, o objetivo é que, durante o processo, o estudante seja orientado a alcançar seus objetivos e que aprenda tanto com o processo como com o resultado. A avaliação, nesse contexto, ocorre continuamente, transformando-se em prática de aprendizagem, ou seja, o estudante não aprende para testar seus conhecimentos num exame de medição pontual, mas seus conhecimentos são desenvolvidos por meio de avaliações processuais que ocorrem durante a sua aprendizagem. Para que o estudante tenha sucesso na construção do aprendizado, o ensino proposto está associado a estratégias interventivas, como o reagrupamento interclasse e o projeto interventivo, os quais têm o objetivo de permitir ao educando o desenvolvimento da autonomia.

9.2 Avaliação em larga escala

Os resultados de avaliações como a Prova Diagnóstica da SEDF, promovida pela Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação – SUPLAV, e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em nível nacional, auxiliam a gestão escolar e os docentes, assim como as avaliações diagnósticas institucionais, para que as estratégias pedagógicas possam ser planejadas, propostas e executadas, a fim de propiciar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes.

9.3 Avaliações internas bimestrais

Prova bimestral multidisciplinar: os estudantes realizam, bimestralmente, uma avaliação multidisciplinar dividida em blocos, referentes às áreas do conhecimento (Ciências Exatas, Ciências Humanas e Códigos e Linguagens). As questões são referentes aos conteúdos vistos ao longo do bimestre e seguem os modelos de avaliações como o PAS (UnB), ENEM e a prova do SAEB, ferramenta que mensura o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) da escola.

Somada à prova bimestral multidisciplinar, os alunos têm parte de sua menção bimestral computada por meio de uma Avaliação Formativa, em que o professor e os alunos desenvolvem critérios a serem observados ao longo do desenvolvimento do bimestre.

9.4 Conselho de classe

O Conselho de Classe do Ensino Fundamental acontece ao final de cada bimestre letivo, com a presença dos professores, coordenadores e membros da equipe de direção, secretaria da escola e de um aluno representante por turma para acompanhar parte da reunião. Além dos critérios de avaliação, resultados alcançados pelos alunos e frequência escolar, que são debatidos de forma individual, aluno por aluno, são abordadas também questões referentes a estratégias e planos para o melhor desenvolvimento de nossos alunos nos bimestres e anos seguintes. O Conselho de Classe é tido como um momento em nossa escola para que os professores e demais profissionais possam, com base nos dados colhidos, refletir sobre as diversas maneiras de progredir o conteúdo atendendo às necessidades individuais dos estudantes.

10 PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

10.1 Gestão pedagógica

Objetivos: Melhorar as relações de trabalho na unidade escolar; facilitar a interação entre professores e alunos; aumentar a produtividade dentro da sala de aula.

Metas: Aumentar o rendimento e a produtividade dos alunos durante as aulas e a qualidade do trabalho; pontualidade na entrega dos planejamentos e resultados.

Ações: Palestras que desenvolvam tanto a autoestima dos professores quanto voltadas para seu aprimoramento técnico.

Responsáveis: Direção, supervisão pedagógica e coordenadores.

Cronograma: Anual.

10.2 Gestão de resultados educacionais

Objetivos: Avaliar o desenvolvimento de professores e alunos, bem como a execução das metas estabelecidas pela escola.

Metas: Melhorar os índices da instituição em relação ao fluxo e aos resultados em avaliações da própria escola e de larga escala.

Ações: Diagnosticar dificuldades e áreas de intervenção.

Responsáveis: Direção, supervisão e coordenação pedagógica.

Cronograma: Anual.

10.3 Gestão participativa

Objetivos: Melhorar o comportamento e a produtividade dos discentes no âmbito escolar.

Metas: Reduzir os índices de indisciplina, evasão escolar e reprovação.

Ações: Promover encontros bimestrais com todos os segmentos escolares para a resolução de problemas que dificultem o alcance das metas estabelecidas pela escola. Responsáveis: Gestores, membros do Conselho Escolar, professores, pais, responsáveis e estudantes.

Cronograma: Anual.

10.4 Gestão de pessoas

Objetivos: Desenvolver ações que envolvam a comunidade escolar e a tragam para o colégio, a fim de discutir problemas e encontrar soluções para eles no que diz respeito à escola.

Metas: Construir intervenções participativas e integradoras no âmbito escolar contando com a participação ativa da comunidade.

Ações: Realizar reuniões com a participação da comunidade.

Responsáveis: Membros da equipe gestora.

Cronograma: Anual.

10.5 Gestão financeira

Objetivos: Receber e utilizar os recursos financeiros de acordo com as necessidades físicas e pedagógicas da escola.

Metas: Manter o funcionamento cotidiano dos setores da escola; aquisição de materiais pedagógicos necessários ao cumprimento do PPP; agilidade nos pequenos reparos na estrutura física da escola; reposição do material de expediente com celeridade.

Ações: Criar um mural de transparência da ECIM CEF 507 com acesso a toda a comunidade escolar para divulgar a prestação de contas da escola; aplicar os recursos de acordo com a participação da comunidade escolar; criação de fóruns permanentes para discussão com a comunidade escolar sobre a destinação da aplicação das verbas públicas na escola.

Responsáveis: Direção e Setor Administrativo.

Cronograma: Anual.

10.6 Gestão administrativa

Objetivos: Promover um verdadeiro entrosamento entre todos os segmentos da comunidade escolar; traçar estratégias para atenuar a depredação escolar; reparar os móveis e equipamentos da escola; manter o ambiente escolar mais limpo e agradável. Metas: Dar assistência material e orientação a todos os alunos, professores e funcionários do CEF 507; aperfeiçoar o relacionamento interpessoal em todos os segmentos.

Ações: Estabelecer um processo de Comunicação Institucional como um meio para conseguir um verdadeiro entrosamento entre os segmentos da comunidade escolar, visando tornar mais ágil e descentralizado o processo decisório da escola; criação de um espaço de convivência para os alunos; ampliação do sistema de câmeras; desenvolver campanhas de conservação do patrimônio da ECIM CEF 507.

Responsáveis: Direção e Setor Administrativo.

Cronograma: Anual.

10.7 Gestão Compartilhada

Objetivos: Assessorar o Diretor nos assuntos referentes às áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa e na implantação do modelo das ECIM.

Ações: Participar da formação continuada dos profissionais da escola para a implantação do modelo das ECIM e atuar na supervisão às atividades da Gestão Educacional.

Responsáveis: Militares.

Cronograma: Anual.

11 PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS

11.1 Coordenação Pedagógica

A Coordenação Pedagógica desenvolve um papel essencial na organização estrutural da escola, sendo responsável por orientar e auxiliar os professores em suas demandas, organizar atividades desenvolvidas de forma coletiva e desenvolver estratégias e projetos a serem executados. Nessa perspectiva, desenvolverá/incentivará, entre outras, as seguintes ações ao longo do ano letivo, durante as coordenações coletivas e por área:

- ✓ Vivenciar, na escola, as datas comemorativas, de acordo com o calendário anual;
- ✓ Redirecionar/orientar as atividades dos professores a fim de identificar estudantes com baixo rendimento;
- ✓ Orientar Conselhos de Classe, sempre com ênfase no aluno que apresente dificuldades ou problemas que prejudiquem a sua aprendizagem;

- ✓ Definir o perfil de saída a ser alcançado pelos alunos de cada bloco de aprendizagem;
- ✓ Reunir, semanalmente, professores para discutir medidas para melhorar o desempenho do aluno.
- ✓ Monitorar o planejamento e registro de aulas apresentados pelos docentes;
- ✓ Promover atividades culturais;
- ✓ Estimular atividades que viabilizem a prática de leitura e pesquisas;
- ✓ Promover um processo de avaliação contínuo e permanente na escola;
- ✓ Planejar a realização de reuniões de pais e mestres.

Período de execução: Anual.

11.2 Orientação Educacional

Metas

- ✓ Estimular a autonomia no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para uma melhor construção do conhecimento;
- ✓ Promover junto aos estudantes a importância sobre os hábitos de higiene com o corpo, bem como a promoção da saúde física e mental no ambiente escolar;
- ✓ Fortalecer a autoestima dos estudantes, despertando a autonomia e autoconfiança por meio de reflexões sobre situações do dia a dia;
- ✓ Promover um ambiente educativo, seguro, saudável e que dialogue com a comunidade escolar sobre os desafios do processo de ensino/aprendizagem;
- ✓ Contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Temática: Integração família-escola

Estratégias

- ✓ Acolher presencialmente os professores, alunos, desejando boas vindas e aos pais na reunião de apresentação no modelo presencial.
- ✓ Atender e acolher aos pais e aos estudantes apresentando a escola e a equipe pedagógica.
- ✓ Apresentar/Divulgar aos pais, estudantes e professores o ambiente e as ações da Orientação Educacional.

Eixo de ação: Junto às famílias, estudantes e professores.

Período de execução: anual.

Temática: Ensino-aprendizagem

Estratégias

- ✓ Desenvolver a autonomia de estudos por meio de articulação com a família e orientação, sobre a importância da criação, organização e acompanhamento da rotina escolar de estudos;
- ✓ Orientação e acompanhamento quanto à rotina diária de estudos.
- ✓ Incentivar à pesquisa escolar por meio de aulas no youtube quando houver dúvidas no conteúdo estudado em sala e divulgação de material gratuito e biblioteca online ou física;
- ✓ Orientação quanto ao desempenho escolar dos estudantes;
- ✓ Orientar os estudantes sobre atitudes que ajudem a elevar sua autoestima nos assuntos relacionados à educação e entender o seu papel para alcançar um futuro promissor, ou planejar seu Projeto de Vida.
- ✓ Orientação e entrega de folders apresentando instituições que oferecem cursos de formação e estágios/mercado de trabalho;
- ✓ Acompanhamento de estudantes ANEES, transtornos/distúrbios emocionais e neurológicos, vulnerabilidade social;
- ✓ Acompanhamento dos alunos atendidos pela GEAMA - Gerência de Atendimento em Meio Aberto.
- ✓ Articulação junto à equipe pedagógica e professores, quanto ao processo de ensino/aprendizagem dos educandos.

Eixo de ação: Junto à rede, às famílias e aos estudantes.

Período de execução: anual.

Temática: Saúde

Estratégias

- ✓ Conscientizar sobre os cuidados e prevenção ao mosquito da Dengue, higiene corporal e mental;
- ✓ Trabalhar junto aos pais e/ou responsáveis a importância de manter os laudos médicos atualizados;
- ✓ Acompanhar junto com a família sobre medicação e/ou sintomas de alunos estudantes que fazem uso de remédios através de receitas e relatórios médicos;
- ✓ Realizar palestras sobre como reconhecer e tratar a ansiedade e a depressão na adolescência, mediada por psicólogo;
- ✓ Divulgação de parceiros que fazem atendimentos psicológicos de forma gratuita/baixo custo;
- ✓ Realizar encaminhamentos, via SEI, aos serviços de atendimento

especializado médico disponível na Rede Pública de Saúde.

Eixo de ação: Junto à rede, às famílias e aos estudantes.

Período de execução: anual.

Temática: Cultura de Paz

Estratégias

✓ Sensibilização dos estudantes e famílias acerca da rede de proteção e garantia de direitos e disponibilização de canais para denúncias;

✓ Orientação às famílias e estudantes quanto às temáticas que envolvem a cultura de paz;

✓ Primar pela reflexão sobre o Maio Laranja (mês de combate ao abuso e à exploração sexual infantil), Agosto Lilás (mês de combate à violência doméstica), Setembro Amarelo (mês de prevenção ao suicídio), rodas de conversa e palestras;

✓ Trabalhar o tema Diversidades/ Inclusão.

Eixo de ação: Junto à rede, às famílias e aos estudantes.

Período de execução: anual.

Temática: Transição

Estratégias

✓ Apresentar presencial ou por meio de vídeo sobre o funcionamento da escola, efetivando o Projeto de Transição;

✓ Realizar rodas de conversa e reuniões com a Direção, professores, pais e estudantes para divulgação das escolas sequenciais;

✓ Postar vídeos de divulgação da escola nas redes sociais.

Eixo de ação: Junto aos estudantes, às famílias e aos professores.

Período de execução: 4º bimestre.

Temática: Prevenção e enfrentamento ao uso indevido de drogas

Estratégias

✓ Realizar palestras com profissionais da área da saúde proporcionando um ambiente de reflexão e conscientização sobre os males causados por uso de drogas ilícitas;

✓ Divulgar cartilhas e materiais preventivos sobre as drogas dos parceiros da rede de apoio;

✓ Divulgar informações ou contatos de instituições acolhedoras para orientações e tratamento aos estudantes usuários de drogas ou dependentes químicos;

✓ Acolher e orientar o estudante e família sobre as consequências do uso de drogas.

Eixo de ação: Junto aos estudantes e às famílias.

Período de execução: Anual.

12 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADOS

Para estabelecer a avaliação em cada meta, a Orientação Educacional ater-se-á aos seguintes Instrumentos de Avaliação:

- ✓ Roda de Conversa/Debate.
- ✓ Reuniões com professores, pais e estudantes.
- ✓ A avaliação é um processo contínuo, flexível e global, que envolve

observação dos estudantes em todos os espaços da instituição educacional, por meio de registro e análise dessas observações.

12.1 Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos

A Educação Especial, no enfoque inclusivo proposto pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), cumpre sua especificidade ao possibilitar aos Alunos com Deficiência desenvolverem suas competências, ultrapassando os limites de sua realidade. Incluindo-os desde a Educação Infantil, nas classes regulares, e propiciar-lhes suportes especiais para que superem suas limitações. Todas as especificidades da Educação Especial, que sempre fizeram do Distrito Federal um modelo nacional de trabalho exitoso, são enfocados como instrumentos para se conseguir que cada aluno em particular procure superar-se e desenvolver competências que lhe possibilitem autonomia em sua situação de vida diária e, também, em situação de trabalho que lhe favoreça resgatar a dignidade de vida e o exercício pleno de sua cidadania.

A atual Política de Inclusão é de fundamental importância, pois a educação básica é composta por 03 etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e as modalidades de Educação Especial e EJA, conforme a LDB, em seus artigos 21 e 22, assegura a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornece os meios para progredir no trabalho e em seus estudos posteriores.

Os trabalhos e ações voltados para a educação inclusiva não são exclusivos do momento, é uma luta antiga que visa garantir o direito de todos os alunos com deficiência, também presente em nossa Constituição Federal de 1988 no “Art. 208: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O princípio fundamental da escola inclusiva é garantir que todos aprendam juntos, sempre que possível, independentemente de qualquer dificuldade ou diferença que possam ter. A escola deve reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos,

assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de um currículo apropriado e flexível, arranjos organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos diversos.

Compreender que tão importante quanto vivenciar uma Pedagogia Inclusiva na escola é reconhecer que inclusão não se refere tão somente a Pessoas com Deficiência, refere-se, em sua essência e legitimidade, a toda a educação, pois a educação é um direito de todos, e todos nós somos, por natureza, inacabados. Isto nos traz, inescusavelmente, sempre a necessidade de sermos incluídos em algum momento e em algum lugar. Por esta razão, é preciso compreender o quanto somos humanamente iguais por possuímos necessidades e sonhos; e o quanto somos humanamente diferentes por possuímos diferentes necessidades e diferentes sonhos.

Trabalhar a educação requer pensar em nossas ações de forma diferenciada e em se tratando de educação inclusiva mais ainda, pois tal coordenação de ações precisa ser cada vez mais afinada e dialogada. É evidente que a educação de alunos com necessidades educacionais especiais é um trabalho multidisciplinar que requer especialistas de diversas áreas atuando com a escola. É bom ressaltar que a aprendizagem transcende o campo escolar, porque os mesmos mecanismos que estão presentes quando o sujeito aprende em sala de aula estão presentes no cotidiano. É nosso papel educar para a vida e não somente para testes ou avaliações pontuais. Isso se torna mais indelével quando educamos aprendentes com deficiência, uma vez que eles carecem de uma aprendizagem integradora, relacionada à vida social.

O Atendimento Educacional Especializado, que é realizado através da Sala de Recursos Generalista, tendo o auxílio do monitor, destina-se aos alunos com Deficiência Física, Deficiências Múltiplas – DMU, Deficiência Intelectual e Transtorno Global do Desenvolvimento – TGD/TEA. Tem o objetivo de propiciar recursos pedagógicos e de acessibilidade organizados institucionalmente, prestados de forma complementar e/ou suplementar à formação dos educandos no ensino regular, tendo em vista que o caminhar da prática de Inclusão faz-se necessário às necessidades pedagógicas de acordo com cada especificidade.

A Sala de Recursos Generalista da ECIM CEF 507 de Samambaia atende também aos educandos de Ensino Fundamental séries finais e Ensino Médio, que estão localizadas próximas à instituição, garantindo o acesso ao atendimento complementar no qual o educando tem direito.

As intervenções que envolvem a educação inclusiva na escola têm como referencial os profissionais da Sala de Recursos e monitoria, os quais trabalham em conjunto com trocas de experiências e/ou ações com decisões metodológicas do cotidiano, buscando

identificar as dificuldades dos discentes com deficiência os quais possam garantir sua inclusão junto ao grupo pautada em metodologias ativas de aprendizagem.

Justificativa

Mediante dificuldades apresentadas pelos educadores na elaboração e aplicação de estratégias pedagógicas relacionadas ao processo de ensino- aprendizagem destes alunos, torna-se imprescindível a interlocução junto ao educador especializado da Sala de Recursos juntamente com o monitor. É de suma importância o trabalho de conscientização e sensibilização acerca dos educadores que possuem educandos com deficiência, ou seja, de todos que se encontram inseridos no processo ensino-aprendizagem, assim como a efetiva participação da família pautando-se em que a educação possibilita formas diversas de exploração dos conteúdos favorável à construção do conhecimento e de habilidades peculiares.

A educação inclusiva é primordial para a formação educacional da pessoa com deficiência, bem como favorecedora de uma educação voltada ao respeito às diferenças.

A escola é um privilegiado espaço, onde se articula a produção do conhecimento com o compromisso da cidadania, capaz de cumprir a mais elevada destinação social do saber. Entende-se, assim, que todos os educandos possuem o direito à educação, independentemente de suas limitações ou deficiência. Documentos relevantes, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança e a Declaração de Salamanca, foram importantes marcos para essa mudança. Mas ainda são grandes os desafios. As instituições carecem de estruturas adequadas.

Assegurar a dignidade humana, reconhecendo e valorizando as diferenças e potencialidades dos educandos com deficiência é a chave para a oferta de um currículo que atenda às necessidades individuais por meio de programas de inclusão em classes regulares, em Instituições de Ensino regulares, aliadas às Salas de Recursos e Monitoria, responsáveis por subsidiar os professores regentes na realização de adequações curriculares, auxiliando em sua elaboração, aplicação e avaliação.

Diante das diversidades cria-se a necessidade de uma socialização voltada para a inclusão: pessoas diferentes, com habilidades e aptidões diversas, variadas visões do mundo, convivendo de uma forma a construir uma cultura cada vez mais rica, mais apropriada. Cada vez mais cidadã em sua essência.

Os profissionais da educação inclusiva (Sala de Recursos, Monitor e Educador Social) ao proporem ações pedagógicas conjuntas com os professores regentes e com as famílias buscam reconhecer as peculiaridades, valorizar as competências e habilidades dos

alunos da educação inclusiva. Daí a importância da Sala de Recursos, do Monitor e do Educador Social, que auxiliarão na instrumentalização do educador com propostas práticas que permitam desenvolver um trabalho prazeroso e significativo com os educandos, baseada na interdisciplinaridade e transversalidade.

Objetivo geral

✓ Garantir ao Aluno com Deficiência o desenvolvimento de suas competências e habilidades, buscando um processo de ensino-aprendizagem que respeita as diversidades, construindo uma Educação Inclusiva em sua totalidade para o educando.

Objetivos específicos

✓ Construir um currículo flexível, priorizar o desenvolvimento integral para a vida prática, compreendendo atividades executadas em sala de aula e que terão reflexos na vida familiar e social do educando;

✓ Garantir a aprendizagem, orientando o professor para que o mesmo não seja apenas um transmissor de conhecimentos, que o faça de forma a comunicar uma ação pedagógica, onde estão entrelaçados os saberes discentes e docentes;

✓ Canalizar a concentração do educando com relação à oralidade. Falar de maneira suave, sem pressa e claramente, permitindo o aprendizado natural e descortina os caminhos da comunicação com o mundo exterior;

✓ Compreender a Família, seus anseios e inseguranças, garantindo uma compreensão mútua, gerando ações educativas em conjunto, com diretrizes específicas e combinadas;

✓ Desenvolver os estudos independentes, sistemáticos e o autoaprendizado elevando sua autoestima;

✓ Estimular a convivência natural entre o aluno do ensino regular com o aluno da educação inclusiva;

✓ Oferecer diferentes ambientes de aprendizagem e promover a valorização de outras habilidades e potencialidades do educando, bem como a questão da afetividade e outros caminhos que tragam felicidade, autonomia e realização para o aluno.

✓ Manter ações conjuntas com os professores do serviço especializado de apoio à aprendizagem – SEAA e Serviços de Orientação Educacional – SOE, socializando experiências, de forma a favorecer a qualidade do atendimento na Sala de Recursos;

✓ Promover junto à comunidade escolar a acessibilidade dos alunos com deficiência ao ambiente escolar e as atividades de vida diária.

Metodologia

- ✓ Despertar o gosto pela leitura, através do uso de livros paradidáticos;
- ✓ Promover parceria com a escola/família para viabilizar o desenvolvimento cognitivo do educando;
- ✓ Trabalhar a autoestima (Habilidades, potencialidades, competências e amor próprio);
- ✓ Trabalhar a construção significativa do conhecimento em grupo para resolução de conflitos na diversidade;
- ✓ Elaborar atividades adaptadas ao nível cognitivo do aluno, semanais que visam estimular atitudes e disposições favoráveis à leitura, desenvolvendo o prazer de ler, bem como as habilidades de compreensão e interpretação textual;
- ✓ Uso de objetos de aprendizagem;
- ✓ Utilizar jogos didáticos (dominó da matemática, caça palavras, trilha do conhecimento, etc);
- ✓ Promover o interesse pela pesquisa e o fortalecimento da autoestima, da criatividade, desenvolver a fala, abstração;
- ✓ Utilizar a música como instrumento de integração do educando;
- ✓ Aplicar recursos para inclusão digital;
- ✓ Auxiliar os professores da sala comum quanto à adequação curricular, sensibilização e conscientização do trabalho a ser desenvolvido com os educandos com deficiência;
- ✓ Dialogar sobre as expectativas e dúvidas relacionadas aos alunos com deficiência;
- ✓ Auxiliar e orientar os estudantes com deficiência no processo de descobertas;
- ✓ Articular a prática com o professor na sala de aula, quanto ao trabalho com os alunos com deficiência;
- ✓ Buscar parceria com o Monitor e o Educador Social trocando experiências e conhecimentos, visando um melhor atendimento ao educando;
- ✓ Propiciar momentos de discussão em grupo, sobre trocas de experiências;
- ✓ Promover aceitação, integração, convívio harmonioso, para o fortalecimento do exercício da cidadania dos educandos com deficiência junto aos demais alunos;
- ✓ Reconhecer as limitações do aluno, constantemente buscar suas possibilidades e superações;
- ✓ Acompanhar os professores durante as coordenações coletivas, propor ações que possam facilitar o trabalho de regência junto aos discentes com deficiência;
- ✓ Orientar e acompanhar os professores quanto a elaboração da

adequação curricular, disponibilizando os formulários, dando sugestões e sanando as possíveis dúvidas;

- ✓ Elaborar as adequações curriculares dos alunos com deficiência bimestralmente, em conjunto com os professores regentes e/ou coordenadores, (caso o educando permaneça nesta Instituição de Ensino, a adequação curricular será feita com adendos, isto é, somente alterando os componentes curriculares dos anos subsequentes);

- ✓ Participar de reuniões pedagógicas, de planejamento, e dos conselhos de classe, desenvolvendo ações conjuntas com toda comunidade escolar;

- ✓ Incentivar as conquistas alcançadas;

- ✓ Identificar os desafios surgidos no percurso, buscando soluções coletivas para a sua superação;

- ✓ Realização de atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos psicológicos básicos como atenção, percepção, memória, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros;

- ✓ Fortalecer a dinâmica da sala de aula e os pressupostos teórico-metodológicos;

- ✓ Observar a participação, interação e integração dos alunos e do professor;

- ✓ Focar a organização de conteúdos para que se tenha uma sequência considerada pedagogicamente adequada, estimulando a construção de aprendizagens, relacionando conceitos com o cotidiano, possibilitando uma abordagem transdisciplinar e provocando o prazer de aprender;

- ✓ Trabalhar o cotidiano da sala de aula voltado para uma dinâmica que agregue a leitura crítica, a reflexão, o debate, a expressão individual e coletiva;

- ✓ Ver a sala de aula como sendo um ambiente de aprendizagem, de investigação, de pesquisa, de construção e criatividade. De forma que a maioria das atividades sejam realizadas em equipe, respondendo ao aprendizado da construção coletiva, da partilha e da convivência entre os diferentes;

- ✓ Utilizar a avaliação diagnóstica, de forma a identificar os conhecimentos e habilidades trazidos pelos alunos, com o objetivo de fazer um levantamento de situações de aprendizagem, de observação do comportamento individual e do coletivo, viabilizando o ajuste dos procedimentos pedagógicos a serem adotados;

- ✓ Aplicar avaliação formativa, possibilitando uma reflexão contínua sobre a prática do professor e a aprendizagem dos alunos, já que tal avaliação ocorre durante todo o processo de aprendizagem do educando, por meio de diversas atividades, da observação e do registro cuidadoso da construção de conhecimento do aluno e do grupo, permitindo observar e reconhecer as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos;

- ✓ Pense e Responda: Momento de reflexão sobre o conteúdo que está sendo trabalhado em sala regular e complementado em Sala de Recursos;
- ✓ Hora da Brincadeira: Atividades lúdicas envolvendo a fixação do assunto trabalhado (Uso de jogos e uso da internet com jogos virtuais);
- ✓ Hora de Colorir: Momento de pintar, trabalhando coordenação motora, noções de espaço, lateralidade e dimensões;
- ✓ Hora de Desenhar: Espaço para os alunos se expressarem por meio do desenho;
- ✓ Recorte e Cole: Atividades que desenvolvem a coordenação motora fina;
- ✓ Tempo de Compartilhar: Atividades em equipes ou que envolvam o grupo todo, a fim de se praticar valores visando autonomia, autoconfiança, interação entre as partes, envolvidas no processo;
- ✓ Um Desafio para Você: Atividades diversas, com grau de complexidade maior, para motivar no Educando a busca por novas ações ou caminhos de superação.

Cronograma

O plano de ação será desenvolvido durante o ano letivo de 2023, com ações semanais, focando na reorganização do processo ensino-aprendizagem, diante das peculiaridades dos alunos.

No dia 21 de setembro, celebramos o dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (Lei Federal nº 11.133/2005). Nesta semana, serão realizados momentos de conscientização e promoção da Educação Inclusiva a toda a comunidade escolar. Será desenvolvido em sala de aula o tema Inclusão e sua importância para todos os alunos, criando condições de acessibilidade, permanência e promovendo seu processo de ensino-aprendizagem, bem como seu desenvolvimento global.

Avaliação

- ✓ A avaliação é um aspecto fundamental que nos permite obter informação relevante sobre o educando no início, durante e no final do processo ensino-aprendizagem;
- ✓ O princípio da inclusão orienta que o processo avaliativo deve ser participativo e contínuo: professores e alunos são corresponsáveis. O objetivo inicial e final da avaliação é acompanhar o desempenho de cada estudante individualmente, visando eliminar barreiras ao sucesso escolar;
- ✓ Definir previamente o quê, como e quando avaliar, levando em consideração a deficiência do educando. Ainda que a tendência seja a de utilizar os mesmos critérios e instrumentos de avaliação que se aplicam para todo o grupo, não se deve descartar que, para alguns alunos talvez seja necessário considerar avaliações diferenciadas, o que pode implicar em: pôr em prática outros métodos ou estratégias de avaliação, modificar os

instrumentos, adequar os tempos, graduar as exigências, a quantidade de conteúdo e até considerar a possibilidade de dar apoio ao aluno durante a realização da avaliação.

✓ Aplicar uma avaliação diagnóstica, formativa e processual, considerando as limitações, necessidades, habilidades, potencialidades e competências específicas de cada educando.

12.2 Conselho Escolar

Compete ao Conselho Escolar, além de outras atribuições definidas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF:

I - elaborar o seu Regimento Interno;

II - analisar, modificar e aprovar o Plano Administrativo Anual elaborado pela equipe gestora da unidade escolar sobre a programação e a aplicação dos recursos necessários à sua manutenção e à sua conservação;

III - garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP.

IV - divulgar, periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, à qualidade dos serviços prestados e aos resultados obtidos;- atuar como instância recursal das decisões do Conselho de Classe, nos recursos interpostos por estudantes, famílias e/ou representantes legalmente constituídos e por profissionais da educação;

V - estabelecer normas de funcionamento da Assembleia Geral e convocá-la nos termos do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

VI - participar da elaboração de proposta de Calendário Escolar, a ser encaminhada ao nível central da SEEDF, observada a legislação vigente;

VII- fiscalizar a gestão da unidade escolar;

VIII - participar, periodicamente, da avaliação da unidade escolar nos aspectos técnico, administrativo e pedagógico, considerando, inclusive os indicadores escolares de rendimento;

IX - analisar e avaliar projetos elaborados ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar;

X - intermediar conflitos de natureza administrativa ou pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela equipe gestora e pelo Serviço de Orientação Educacional;

XI - propor ações na perspectiva educacional inclusiva, no âmbito de todas as etapas e modalidades da Educação Básica;

XII- debater indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência e propor

estratégias que assegurem aprendizagem significativa para todos os estudantes.

12.3 Professores Readaptados

Objetivos

- ✓ Despertar no aluno o interesse para o hábito da leitura;
- ✓ Apresentar os vários gêneros literários;
- ✓ Construir com os alunos um espaço de reflexão propício para a leitura.

Metas

- ✓ Aumentar a quantidade de alunos que utilizam a sala de leitura;
- ✓ Aumentar a quantidade de livros emprestados aos discentes.

Ações

- ✓ Adequação do espaço da sala de leitura para aulas que desenvolvam atividades tais como Leitura e construção de gibi, leitura e construção de textos de informativos (jornais, revistas, etc.);
 - ✓ Leitura de livros literários e construção de história;
 - ✓ Construção do momento literário.

Cronograma: Anual.

12.4 Secretaria Escolar

Objetivos

- ✓ Documentar a vida escolar do discente;
- ✓ Prestar atendimento de qualidade à comunidade escolar;
- ✓ Agilizar a entrega de notas obedecendo aos prazos.

Metas

- ✓ Facilitar a chegada dos novatos na unidade escolar a partir do suporte oferecido a eles e aos docentes;
- ✓ Esclarecer, sempre que solicitado, as dúvidas sobre os documentos;
- ✓ Encaminhar alunos com laudo para a sala de recursos.

Ações

- ✓ Executar a triagem dos alunos novatos (idade/ano/problemas/laudos);
- ✓ Estimular a adoção dos diários eletrônicos;
- ✓ Promover oficinas para o uso dos diários eletrônicos.

Cronograma: Anual.

12.5 Programa Brasil na Escola

A ECIM CEF 507 de Samambaia é uma escola inclusiva, democrática, que está inserida em uma comunidade em situação de vulnerabilidade, pobreza e violência, situação factual diretamente correlata à realização de programas públicos interventivos como o

Programa Brasil na Escola. Vários problemas sociais impactam o sucesso escolar dos alunos, mas a instituição de ensino possui três grandes entraves para o desenvolvimento do ensino- aprendizagem: a evasão, a repetência (verificada na alta distorção idade/série) e a violência. Assim, o Programa Brasil na Escola deve atacar esses três empecilhos para a melhoria do sucesso educacional dos estudantes.

Desse modo, a ação na escola terá como estratégia principal de trabalho focar na aprendizagem do aluno e no desenvolvimento das condições que promovam o seu estudo impactando diretamente nos índices de evasão, repetência e do Ideb. Para tanto, a escola poderá adquirir equipamentos que proporcionem melhorias no ensino e facilitem a dinâmica das aulas, levando o aluno ao contato com as novas tecnologias e recursos de ensino. Em relação à evasão, deve melhorar as condições de busca ativa, o vínculo com as famílias e a comunicação com a rede de proteção.

Objetivos Prioritários

- ✓ Melhorar os índices de reprovação e evasão escolar;
- ✓ Proporcionar mais recursos pedagógicos aos professores;
- ✓ Acompanhar efetivamente alunos infrequentes e aqueles que não alcançaram notas mínimas em mais de três matérias;
- ✓ Melhorar as condições de trabalho do professor;
- ✓ Proporcionar lazer educativo para disciplinar o alunado e oportunizar as práticas de hábitos e atitudes saudáveis que favoreça o seu crescimento tanto no campo pessoal, intelectual, quanto no convívio em grupo;
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento do trabalho do professor em sala de aula, para o alcance das metas institucionais estabelecidas pelo MEC em consonância com os indicadores como o Ibed.

Aspectos Pedagógicos

- ✓ Melhorar o acesso e a permanência do aluno na escola, considerando as diversidades e as particularidades dos educandos e educadores;
- ✓ Criar um reforço escolar para auxiliar os alunos com dificuldades na aprendizagem e nas dúvidas;
- ✓ Atuar junto às famílias para sanar os obstáculos para a aprendizagem e permanência do aluno na escolar;
- ✓ Unir esforços para recuperar alunos com déficit de aprendizagem e indisciplinados para resgatar sua participação e seu sucesso escolar;
- ✓ Desenvolver ações complementares de ensino com atividades lúdicas e extraclasse;

- ✓ Promover a integração família x Escola;
- ✓ Estabelecer instâncias de apoio e integração, reorganizando as atuais de tal forma que sejam mais efetivas para o trabalho acadêmico. Integrar vertical (nas disciplinas) e horizontal (nos anos) o processo ensino-aprendizagem;
- ✓ Aperfeiçoar e atualizar o corpo docente e administrativo da ECIM CEF 507 visando a uma prática fundamentada na aprendizagem e na recuperação do estudante;
- ✓ Diminuir a evasão e a repetência escolar proporcionando aos alunos uma maior ligação ao processo ensino-aprendizagem.

Aspectos Administrativos

- ✓ Melhorar a infraestrutura física da escola;
- ✓ Buscar humanizar a escola com murais, espaços de convivência e arborização;
- ✓ Melhorar a comunicação institucional;
- ✓ Alinhar os procedimentos administrativos com eficiência, clareza e celeridade;
- ✓ Avaliar todo o processo educativo através de reuniões pedagógicas com vistas a adequar as ações;
- ✓ Melhorar a questão disciplinar, para se evitar depredação do patrimônio e para formação de hábitos para o exercício da cidadania;
- ✓ Aumentar a participação das famílias.

Aspectos Financeiros

- ✓ Prestação de contas da escola com transparência por meio de mural exposto na escola;
- ✓ Aplicação dos recursos de acordo com o definido no programa e elaboradas pela Comunidade Escolar;
- ✓ Aplicação dos recursos do MEC em consonância com os objetivos estabelecidos no Projeto Político-pedagógico da Unidade de Ensino.

Cronograma: anual.

12.6 Programa Nacional das Escolas Cívico-militares

Objetivo geral

- ✓ Identificar estratégias para implantação da proposta pedagógica do Projeto Valores com base no civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito.

Objetivo específico

- ✓ Monitorar o status de execução das atividades.

Ações

- ✓ Proporcionar uma formação integral nos aspectos físico, intelectual, afetivo, ético, social e simbólico.
- ✓ Oferecer condições de acesso ao conhecimento.
- ✓ Desenvolver atitudes crítico-reflexivas.
- ✓ Valorizar as manifestações culturais e esportivas.
- ✓ Desenvolver relações interpessoais com ética.
- ✓ Desenvolver atitudes, valores e hábitos saudáveis.

Período de execução: Anual.

13 PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR

Durante as reuniões de planejamento e para discussão do PPP, a Equipe Pedagógica, a Equipe de Apoio à Aprendizagem e a Equipe Gestora elaboraram o calendário pedagógico para o ano de 2023, em que constam os projetos específicos, os quais contemplam as atividades previstas no calendário oficial da SEEDF, as fragilidades evidenciadas pelas avaliações externas e os eixos integradores do currículo.

13.1 Projeto de Transição

O Projeto de Transição constituiu-se a partir das necessidades a seguir, elencadas pela Unidade de Educação Básica – UNIEB, segundo os relatos das ações e necessidades das Unidades Escolares: planejamento de estratégias que favorecessem a permanência e a progressão continuada dos estudantes; discussão de ações e estratégias na UE para identificar os pontos de atuação dos atores do projeto; planejamento de ações de trabalho articulado com a UE de origem e sua sequencial; elaboração de protocolo que contemple as ações de transição interna e entre as escolas.

Objetivos

- ✓ Acolher os estudantes no retorno à modalidade de ensino presencial;
- ✓ Garantir aprendizagens de conteúdos significativos na transição entre etapas;
- ✓ Planejar estratégias pontuais que favoreçam a progressão continuada dos estudantes;
- ✓ Promover a articulação entre escolas.

13.2 Projeto Clube da Leitura

O projeto pretende despertar nos adolescentes o gosto pela leitura, ao oferecer, durante os vinte minutos diários de intervalo, de segunda a sexta-feira, o acesso a obras literárias, com orientação de professores de Língua Portuguesa. Além do incentivo à leitura, serão promovidas atividades lúdicas ao final de cada bimestre, a fim de tornar o processo de

ensino-aprendizagem mais atrativo. Os alunos assíduos no Clube da Leitura receberão certificados de honra ao mérito e uma comemoração no final do ano letivo.

Objetivos

- ✓ Incentivar a leitura;
- ✓ Proporcionar atividades que desenvolvam o gosto pela leitura de maneira lúdica e prazerosa;
- ✓ Proporcionar atividades que desenvolvam o gosto pela leitura de maneira lúdica e prazerosa;
- ✓ Entender a importância da leitura;
- ✓ Ampliar os conhecimentos e o repertório da escrita.

13.3 Projeto Interventivo

Diante das dificuldades apresentadas em relação à aprendizagem, é imprescindível buscar alternativas que possibilitem o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Desse modo, será realizada uma intervenção com ênfase no trabalho direcionado às fragilidades, ao invés do foco nos conteúdos. Nessa perspectiva, considerando que os educandos têm perfis cognitivos distintos, a escola buscará alternativas para garantir que cada aluno receba uma educação que favoreça o seu potencial individual.

Objetivos

- ✓ Trabalhar gêneros textuais diversos;
- ✓ Desenvolver a oralidade;
- ✓ Explorar jogos matemáticos;
- ✓ Desenvolver o raciocínio lógico-matemático;
- ✓ Promover o letramento;
- ✓ Melhorar os índices de aprovação.

13.4 Projeto Festa Julina

Visa constituir uma rica e dinâmica oportunidade para a comunidade escolar desenvolver o gosto por aspectos artísticos, folclóricos e culturais brasileiros, proporcionando uma reflexão sobre a riqueza imaterial do país.

Objetivos

- ✓ Promover a socialização e a integração entre professores, alunos, servidores, comunidade e gestão escolar;
- ✓ Favorecer, junto aos alunos e à comunidade escolar, momento de integração das regiões brasileiras e sua diversidade por meio de atividades pedagógicas, promovendo conhecimento e convívio com a pluralidade cultural;
- ✓ Conhecer e valorizar a cultura do nosso país.

13.5 Projeto Feira de Ciências e Cultura

Trata-se de um projeto cuja intenção é implementar as práticas pedagógicas, de modo a viabilizar a integração curricular, em sala de aula, com vistas a desenvolver a interdisciplinaridade e a contextualização da aprendizagem. É uma perspectiva que intercala teoria e prática, por meio de eixos temáticos e dos integradores ciência, trabalho, tecnologia e cultura, a partir de um planejamento coletivo.

Objetivos

- ✓ Inserir a integração curricular nas práticas pedagógicas de sala de aula;
- ✓ Desenvolver o gosto pela pesquisa como princípio pedagógico;
- ✓ Introduzir culturas científicas e tecnológicas;
- ✓ Desenvolver a autonomia intelectual do aluno frente ao processo de ensino-aprendizagem.

13.6 Projeto Consciência Negra

O Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, foi instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data marca ações de combate ao racismo e reacende o debate contra a opressão no Brasil e o racismo estrutural da sociedade. A importância desse dia visa debater a realidade dos negros, ao considerar os índices de violência física, psicológica e institucional ainda praticada contra eles, a necessidade de defesa do direito de expressão das religiões de matriz africana e a pouca presença de negros em cargos de destaque na sociedade.

Objetivos

- ✓ Promover atividades de conscientização acerca das contribuições da população afrodescendente para a identidade nacional;
- ✓ Promover atividades de conscientização acerca das contribuições da população afrodescendente para a identidade nacional;
- ✓ Compreender a importância da contestação ao racismo e outras formas de discriminação;
- ✓ Respeitar manifestações culturais afro-brasileiras.

13.7 Projeto Jogos Interclasses

As atividades desenvolvidas durante as aulas de Educação Física são fundamentais para o desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras dos educandos. Por isso, é importante propor a realização de jogos interclasses, com o intuito de promover a interação social entre os alunos e para que possam colocar em prática conhecimentos sobre as modalidades desportivas desenvolvidas nos jogos.

Objetivos

- ✓ Promover e divulgar o espírito esportivo;

- ✓ Incentivar e apoiar o esporte, sem qualquer distinção;
- ✓ Desenvolver entre os participantes o espírito esportivo, a cordialidade, o companheirismo, o respeito e o trabalho em equipe.

13.8 Projeto Valores

O Projeto Valores será elaborado pela Supervisão Pedagógica com a participação do Corpo de Monitores, dos Docentes e da Coordenação Pedagógica e, se possível, com a participação da Orientação Educacional, momento em que deverão definir como essas atividades ocorrerão na escola. Deve estar em consonância com o PPP e com as atividades desenvolvidas pela Gestão Didático-Pedagógica. (Brasil, 2021)

Objetivos

- ✓ Contribuir para a melhoria da Educação Básica com projetos cívicos e pedagógicos;
- ✓ Desenvolver valores éticos e cívicos em educação para a formação humana;
- ✓ Proporcionar condições favoráveis para a melhoria dos indicadores educacionais.

13.9 Projeto Ordem Unida

O Projeto Ordem Unida constitui-se de procedimento didático-pedagógico que é desenvolvido por meio de uma formação habitual de marcha, de parada ou de reunião dos componentes da comunidade discente. Observa distâncias, intervalos e definições que estabelecem um conjunto harmonioso, cadenciado e equilibrado dos movimentos de marcha. (Brasil, 2021)

Objetivos

- ✓ Desenvolver o sentimento de coesão e obediência às regras;
- ✓ Possibilitar apresentação, organização e comando em solenidades dentro e fora da escola.
- ✓ Aperfeiçoar as funções motoras por meio de movimentos rápidos e concisos.

13.10 Projeto Hinos e Canções

O Projeto constitui-se de composição musical acompanhada de versos em louvor do Hino Nacional Brasileiro e outras canções. Os hinos devem ser exercitados para consolidar os símbolos nacionais, sendo parte histórica da consolidação da nação brasileira. Hinos patrióticos que evidenciam a manutenção do simbolismo nacional. (Brasil, 2023)

Objetivos

- ✓ Despertar o amor à pátria, a partir do trabalho com a cidadania;

- ✓ Desenvolver o sentimento de pertencimento a um povo com base nos símbolos nacionais;
- ✓ Conhecer a importância das cerimônias cívicas no contexto do grupo social.

13.11 Projeto Escolha do Mascote

O Projeto “Escolha do Mascote” foi pensado na relação da comunidade escolar com as propostas educativas que, demonstradas ao público-alvo, possibilitam a produção de uma identidade visual própria dos pressupostos basilares da escola. O mascote é um animal, pessoa ou objeto animado que será escolhido como representante visual ou identificador da marca que representa a ECIM CEF 507. (CAJUN, 2023)

Objetivos

- ✓ Desenvolver o despertar para a arte no que tange ao desenho;
- ✓ Estabelecer as bases para uma competição salutar entre os alunos;
- ✓ Incentivar o sentimento de pertencimento por meio do símbolo e nome do CEF 507 em competições extraescolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento e a avaliação deste Projeto Político-Pedagógico ocorrerá anualmente, sempre que for necessário reformular nossos projetos e de forma coletiva, a fim de suprir as demandas que surgirem no contexto escolar. A avaliação institucional, ou avaliação do trabalho da escola, deve ser feita sempre coletivamente, levando em consideração as exigências próprias da comunidade escolar no intuito de promover uma melhora significativa no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional do DF, a unidade escolar deverá:

Avaliar todas as instâncias que compõem a organização escolar é pauta constante deste nível da avaliação com o intuito de colocar quaisquer ações a serviço das aprendizagens. Por isso, avalia-se como funcionam a biblioteca, a sala de leitura, os laboratórios, a coordenação pedagógica, a sala de apoio, a sala de recursos, o serviço de orientação educacional, os projetos didáticos e ou interventivos, o atendimento ao público e demais elementos que compõem a estrutura física e organizacional da escola (SEEDF, 2014).

Esse processo é necessário para que quaisquer problemas em relação a qualquer segmento da escola sejam resolvidos rapidamente, a fim de não prejudicar o bom andamento das atividades pedagógicas. Desse modo, fica definido que este PPP será constantemente lido e revisto, bem como alterado, caso seja necessário. Essas ações ocorrerão durante as coletivas, reuniões pedagógicas e encontros com a comunidade escolar, sempre levando em consideração a opinião de todos, visto que a nossa escola não é feita apenas por um ou outro segmento, afinal, todos têm importantes contribuições a dar quando o assunto é educação de qualidade e para todos.

REFERÊNCIAS

- ANTÓNIO, Rosa Maria. **Teoria Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica: o desafio do método dialético na didática**. Maringá, 2008.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. **Diretrizes das Escolas Cívico-Militares**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2021.
- BRASIL. **Lei 5700, de 1º de setembro de 1971. Dispõe sobre a apresentação dos símbolos nacionais**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5700.htm>. Acesso em: 18 mar.. 2023.
- CAJUN: **crianças criam desenhos para escolha de mascote para a copa do mundo**. Disponível em: <www.m.vitoria.es.gov.br/noticia>. Acesso em: 1 mar. 2023.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica: anos iniciais – anos finais**. Brasília: 2018.
- _____. **Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 3º Ciclo para as aprendizagens**. Brasília: 2014.
- GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e a educação popular**. In Revista Proposta, nº 113, p.21-27, 2010.
- IDEB Escola. Disponível em: <www.idebescola.inep.gov.br>. Acesso em: 31 de maio de 2022.
- MARIANA, Fernando Bonfim. **Educação Integral: Construção histórica e perspectivas contemporâneas**. Comunicação apresentada na ANPAE. Natal, 2011.
- MOTA, Carlos. **Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota**. SEEDF, Brasília, 2011.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- SEEDF. **Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Brasília, 2019.
- SEEDF. **Diretrizes de avaliação educacional**. Brasília-DF, 2014. 13 SEEDF.
- Lei da Gestão Democrática**. Brasília-DF, 2012.
- Trajetórias de sucesso escolar**. Disponível em: <www.trajetoriaescolar.org.br>. Acesso em: 31 de maio de 2022.
- VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.